



FICS

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales

FICS - FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES MESTRADO EM
CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

MARIA ROSEANE DOS SANTOS DUARTE

**A AVALIAÇÃO COMO FERRAMENTA DE CONSTRUÇÃO DA
APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL II DA ESCOLA MUNICIPAL
SÃO FRANCISCO EM SERRA DO RAMALHO - BA**

BOM JESUS DA LAPA – BA
2019

MARIA ROSEANE DOS SANTOS DUARTE

**A AVALIAÇÃO COMO FERRAMENTA DE CONSTRUÇÃO DA
APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL II DA ESCOLA MUNICIPAL
SÃO FRANCISCO EM SERRA DO RAMALHO - BA**

Dissertação apresentada a Facultad Interamericana de
Ciencias Sociales – FICS, no Mestrado em Ciências da
Educação.

Linha de Pesquisa: Sujeito, Formação e Aprendizagem

Orientador: Prof. Dr. Márcio Wendel Santana Coêlho

BOM JESUS DA LAPA – BA

2019

AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa que conseguir vencer na minha trajetória acadêmica. Todo esse período de mestrado me permitiu momentos que me fizessem refletir acerca das conquistas, decepções, medos e incertezas diante daquilo que parece tão gigante. Contudo, aprendi a dar maior valor às minhas conquistas quando estas se consagram em meio ao cansaço, desânimo, encantos e também desencantos.

Diante desse cenário de transformações e mudanças na práxis pedagógica, me deparei com situações que exigiam de mim a determinação, confiança, fé, paciência e sabedoria que me conduziram ao caminho da vitória e me fez vencedor. As lágrimas me mostraram que quando tudo parece perdido, existe um tempo determinado para todos os propósitos debaixo do céu, e que Deus tem o controle de tudo; a ansiedade me fez ver que sozinho não consigo grandes feitos; o cansaço me fez entender que sou humano, e assim sendo, tenho limitações, dificuldades, dúvidas, receios, dores, sonhos e também alegrias.

Frente a esse mundo acadêmico, só me resta atribuir honra e agradecimentos a DEUS por me abençoar sempre com sabedoria, por se fazer presente em minha vida e por tornar tudo possível.

Nesse sentido, fica aqui os meus agradecimentos aos colegas e alunos que tanto contribuíram nessa caminhada árdua e prazerosa e em especial e grandemente a todos que torceram e rezaram comigo por essa conquista.

Agradeço de coração aos meus pais, Antônio José dos Santos e Marinalva Alves dos Santos, aos meus irmãos Maria Rejane, Damiana Alves, Manoel Alves, aos meus filhos Avisson Leomax, Lázaro Duarte, Álvaro Duarte e finalmente ao meu esposo Leocadio Francisco Duarte, por estar sempre dispostos a me ajudar quando eu mais precisei.

Ao Professor Orientador, Dr.^a Dr. Márcio Wendel Santana Coêlho, pela paciência e orientações, por me ouvir, acompanhar minhas produções e pela dedicação no processo de construção dessa Dissertação.

À Direção, Docentes e Alunos da Escola Municipal São Francisco em Serra do Ramalho - Bahia, pelos dados disponibilizados para a concretização desta pesquisa.

Meus sinceros agradecimentos!

“Um dos meus sonhos ao escrever estas cartas pedagógicas – se não os tivesse não haveria por que escrevê-las – é desafiar-nos, pais e mães, professoras e professores, operários, estudantes, a refletir sobre o papel que temos e a responsabilidade de assumi-lo bem, na construção e no aperfeiçoamento da democracia entre nós. Não de uma democracia que aprofunda as desigualdades, puramente convencional, que fortifica o poder dos poderosos, que assiste de braços cruzados à aviltção e ao destrato dos humildes e que acalenta a impunidade. Não de uma democracia cujo sonho de Estado, dito liberal, é o Estado que maximiza a liberdade dos fortes para acumular capital em face da pobreza e às vezes da miséria das maiorias, mas de uma democracia de que o Estado, recusando posições licenciosas ou autoritárias e respeitando realmente a liberdade dos cidadãos, não abdica de seu papel regulador das relações sociais. Intervém, portanto, democraticamente, enquanto responsável pelo desenvolvimento da solidariedade social.”

(Paulo Freire, 2000, p.23)

Dedico este trabalho aos *meus pais, irmãos, filhos, esposo, amigos e familiares em geral* que me apoiaram e incentivaram para que pudesse concretizar esse sonho.

RESUMO

Este trabalho intitulado *"A Avaliação como ferramenta de construção da aprendizagem no Ensino Fundamental II da Escola Municipal São Francisco em Serra do Ramalho – Ba"*, é resultado da pesquisa desenvolvida no Mestrado em Ciências da Educação, apresentada a Faculdade Interamericana de Ciências Sociais – FICS, no Mestrado em Ciências da Educação, Linha: Sujeito, Formação e Aprendizagem - que teve como objetivo geral analisar se a forma de avaliar do Professor do Ensino Fundamental II da Escola Municipal São Francisco está contribuindo para a aprendizagem do aluno. Como objetivos específicos, ela se dispõe a: 1) Conhecer qual a visão pedagógica que o Professor do Ensino Fundamental II da Escola Municipal São Francisco tem sobre como avaliar; 2) Identificar se a avaliação aplicada pelo Professor do Ensino Fundamental II da Escola Municipal São Francisco contribui para a aprendizagem do aluno; 3) Observar como a Escola Municipal São Francisco vem trabalhando com os professores o processo de Avaliação como Ferramenta de Construção da Aprendizagem e por último; Analisar o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar sobre a forma de avaliar. Nesse sentido, as informações coletadas ao longo da pesquisa, somadas às contribuições das leituras, desenharam os caminhos e trouxeram os resultados para a conclusão da presente dissertação. O método que subsidiou a pesquisa foi o Materialismo Histórico Dialético - MHD, com o uso das diversas categorias que discutem os objetos da pesquisa em questão. Utilizou-se como instrumentos de coleta de dados, questionários enviados por meio de uma plataforma de comunicação virtual (WhatsApp), entre os dias 20 de outubro a 10 de novembro do ano de 2019 e também análise documental. Os sujeitos que participaram da pesquisa foram oito (08) Professores do Ensino Fundamental II da Escola São Francisco e dez (10) alunos que estudam no Ensino Fundamental II da referida escola. A trajetória deste trabalho se materializou na análise sobre: Avaliação da aprendizagem; Gestão democrática; Projeto Político Pedagógico; Participação social e Trabalho em coletividade, dentre outros. Considerando a educação como um direito e, percebendo que ela se faz em diferentes lugares das mais variadas formas, à medida que as transformações na sociedade foram se acentuando, intensificou-se e expandiu-se, também, a necessidade de reconhecer que o ato de educar está para além do espaço escolar e atribuído nos espaços não formais e informais. Os resultados evidenciaram na pesquisa que o trabalho coletivo na unidade escolar São Francisco, proporcionou o maior entendimento da importância do PPP e a forma de avaliar enquanto avança para a construção da aprendizagem. Percebeu-se também que várias dificuldades precisam ser vencidas como a resistência à participação dos pais e demais representantes da comunidade escolar, a falta de politização e o comodismo. Nesse sentido, as práticas pedagógicas desenvolvidas na Escola São Francisco, conceitua para uma educação de qualidade e a democratização no sistema de ensino.

Palavras-Chave: Avaliação; Aprendizagem; Gestão democrática; Projeto Político Pedagógico

ABSTRACT

This work entitled "*Assessment as a learning construction tool in Elementary School II of the São Francisco Municipal School in Serra do Ramalho - BA*", is the result of research developed in the Master in Education Sciences, presented to Faculdade Interamericana de Ciências Sociais - FICS, in the Master's Degree in Education Sciences, Line: Subject, Training and Learning - which had as its general objective to analyze whether the way of evaluating the Teacher of Elementary School II at Escola Municipal São Francisco is contributing to student learning. As specific objectives, it is willing to: 1) Know the pedagogical vision that the Teacher of Elementary School II of Escola Municipal São Francisco has on how to evaluate; 2) Identify whether the assessment applied by the Teacher of Elementary School II at Escola Municipal São Francisco contributes to student learning; 3) Observe how Escola Municipal São Francisco has been working with teachers on the assessment process as a Learning Construction Tool and finally; Analyze the Pedagogical Political Project of the school unit on how to evaluate. In this sense, the information collected throughout the research, added to the contributions of the readings, designed the paths and brought the results to the conclusion of this dissertation. The method that supported the research was Dialectical Historical Materialism - MHD, with the use of several categories that discuss the research objects in question. We used as data collection instruments, questionnaires sent through a virtual communication platform (WhatsApp), between October 20th and November 10th of 2019 and also documental analysis. The subjects who participated in the research were eight (08) Elementary School II Teachers at Escola São Francisco and ten (10) students studying in Elementary School II at that school. The trajectory of this work materialized in the analysis of: Learning assessment; Democratic management; Political Pedagogical Project; Social Participation and Collective Work, among others. Considering education as a right and, realizing that it is done in different places in different ways, as the transformations in society were accentuated, the need to recognize that the act of educating is beyond the school space and assigned to non-formal and informal spaces. The results showed in the research that the collective work in the Escola São Francisco provided a greater understanding of the importance of the PPP and the way of evaluating it while advancing towards the construction of learning. It was also noticed that several difficulties need to be overcome, such as resistance to the participation of parents and other representatives of the school community, lack of politicization and self-indulgence. In this sense, the pedagogical practices developed at Escola São Francisco, conceptualizes for quality education and democratization in the education system.

Key words: Evaluation; Learning; Democratic management; Political Pedagogical Project.

LISTA DE QUADROS

No Quadro 01 – Perguntas sobre a Avaliação e Aprendizagem.....	68
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Exposição de um breve perfil dos(as) entrevistados(as).....	59
Tabela 02 - Corpo técnico administrativo da Escola São Francisco.....	80

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Localização de Serra do Ramalho/BA.....	21
Figura 02 - Imagens da Escola Municipal São Francisco em Serra do Ramalho – Ba.....	56
Figura 03 - Evolução do IDEB na Escola São Francisco.....	57
Figura 04 - Evolução da aprendizagem na Escola São Francisco.....	58
Figura 05 - Imagem ilustrativa da Escola São Francisco.....	76

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
CAPÍTULO I.....	16
1 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	16
1.1 Compreendendo o percurso metodológico	16
1.1.1 Algumas considerações sobre o método Materialismo Histórico Dialético	17
1.1.2 Procedimento metodológico.....	18
1.1.3 Contextos de realização da pesquisa.....	20
1.1.4 Sujeitos da pesquisa	22
1.1.5 A análise documental	23
1.1.6 Tratamento e análise das informações	26
CAPITULO II.....	28
2 AVALIAÇÃO E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	28
2.1 Avaliação: Processo e Construção da Aprendizagem.....	32
2.1 Aprendizagem escolar na prática pedagógica.....	36
CAPITULO III	45
3 A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	45
3.1 A Gestão Democrática e Participativa na Escola.....	49
3.1.1 Função Social no Ambiente Escolar	52
CAPÍTULO IV.....	55
4 TRATAMENTO E ANÁLISES DOS DADOS.....	55
4.1 Dados quantitativos Escola Municipal São Francisco	56
4.2 Questionário com os Docentes do Ensino Fundamental II da Escola São Francisco	58
4.3 Questionário com os Discentes do Ensino Fundamental II da Escola São Francisco	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
6 REFERÊNCIAS	86
APÊNDICES - A.....	91
QUESTIONÁRIO APLICADO COM OITO (08) PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL II DA ESCOLA MUNICIPAL SANTA TEREZINHA.....	91

APÊNDICE - B	93
QUESTIONÁRIO APLICADO COM DEZ (10) ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL II DA ESCOLA MUNICIPAL SANTA TEREZINHA	93

APRESENTAÇÃO

O presente estudo se insere na linha de pesquisa: *Sujeito, Formação e Aprendizagem*, no Mestrado em Ciências da Educação, apresentada a Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – FICS, no Mestrado em Ciências da Educação, cujo foco de interesse foi investigar e analisar a *”A avaliação como ferramenta de construção da aprendizagem no Ensino Fundamental II da Escola Municipal São Francisco em Serra do Ramalho – Ba”*. Nessa análise foram feitos diversos estudos para compreender se os docentes da referida escola tem aplicado a avaliação como construção do processo de ensino e aprendizagem.

O sistema escolar é uma organização social, composta por uma sistemática de ações, de caráter social ou individual da formação do comportamento humano. A avaliação é parte integrante nesse processo construtor de conhecimento.

Entretanto, a educação no Brasil perpassa, na contemporaneidade, por significativas preocupações para aqueles que buscam por um ensino de qualidade. Essa afirmativa se pauta quando nos deparamos com os indicadores resultantes da aplicabilidade de avaliações externas e internas, que versam que os saberes ministrados pelo professorado não conseguem dirimir no alunado todas as competências e habilidades necessárias para o exercício da cidadania.

Nesse sentido, toda avaliação da aprendizagem se configura diferentemente ao longo dos tempos entre mudanças e permanências de mitos que historicamente foram construídos e tiveram sua origem na primeira modernidade com o nascimento da própria instituição escolar. Rompe-se com as tradições medievais de educação e a escola moderna se organiza, assim como também as prisões, quartéis e hospitais. Segundo Foucault (2009), o nascimento da escola não tem romantismo, pois ela nasce de jogos de poder.

Para Foucault (2009), afirma que após 1762, a escola inicia sua organização, seja do espaço dos indivíduos, da arquitetura escolar, das disciplinas enquanto conteúdo; dos exames como prova de comprovação ou medição do saber alcançado; buscando sempre uma classe homogênea e marcando uma hierarquia do saber e da capacidade. É a partir desse momento histórico que se sequestram crianças, prendem-nas em prédios, impõem horários, disciplina, toda uma maquinaria escolar, onde se institui ainda o prêmio; sempre vinculado ao processo de avaliação.

Partindo dessa primazia, o interesse pela temática em questão, ocorreu quando comecei a lecionar no campo da educação, sabendo que a avaliação faz parte da atividade escolar do docente e precisa ser vista como um componente importante para o processo formativo do aluno, possibilitando uma reflexão constante das habilidades e dificuldades, bem como do papel do docente para as transformações na sociedade.

Nesse sentido, busquei nessa pesquisa, dar continuidade aos estudos com uma proposta baseada dentro da Avaliação da Aprendizagem dos estudantes para que houvesse uma melhor compreensão do saber do campo e reforçar a necessidade de compreender o lugar que faz parte da minha história e de minha família. Nessa primazia, faz-se necessário investigar as seguintes categorias: 01) Qual a visão pedagógica que o Professor do Ensino Fundamental II da Escola Municipal São Francisco tem sobre o processo de Avaliar? 02) A avaliação aplicada pelo professor do Ensino Fundamental II da Escola Municipal São Francisco, está contribuindo na Aprendizagem do Aluno? 03) Como a Escola Municipal São Francisco tem trabalhado junto os professores a avaliação como ferramenta de construção da aprendizagem?

A pesquisa apresentou como objetivo geral: Analisar se a forma de avaliar do professor do Ensino Fundamental II da Escola Municipal São Francisco está contribuindo para a Aprendizagem do Aluno. Como objetivos específicos, ela se dispõe a: 1) Conhecer qual a visão pedagógica que o professor do Ensino Fundamental II da Escola Municipal São Francisco tem sobre como avaliar; 2) Identificar se a avaliação aplicada pelo professor do Ensino Fundamental II da Escola Municipal São Francisco contribui para a aprendizagem do aluno; 3) Observar como a Escola Municipal São Francisco vem trabalhando com os professores o processo de avaliação como ferramenta de construção da aprendizagem.

As informações coletadas ao longo da pesquisa, somadas às contribuições das leituras, desenharam os caminhos e trouxeram importantes resultados para a conclusão dessa investigação. O trabalho está distribuído em quatro capítulos:

O capítulo I, tem como objetivo apresentar os caminhos percorridos para a coleta e análise das informações. Para isso, fez-se necessário dialogar com o método da pesquisa. Utilizou-se a pesquisa qualitativa, cujos instrumentos para a análise das informações foram revisão bibliográfica, questionário e análise documental.

No capítulo II, tem como base essencial a discussão que leva em conta as características e as definições do conceito de avaliação educacional. Nesse viés, permeiou-se pela história da avaliação na educação e também o processo e a construção da aprendizagem. Portanto, estes conceitos nos fizeram entender que a educação não se limita apenas na avaliação escolar, existem muitas outras formas educativas e práticas pedagógicas que auxiliam no processo construtivo e formativo dos estudantes e toda comunidade escolar.

O capítulo III, salienta a importância do Projeto Político Pedagógico – PPP na Escola São Francisco e a participação dos professores, gestão escolar e toda comunidade para o processo democrático e inclusivo. Nesse propósito, a proposta do PPP na pesquisa para identificar as práticas pedagógicas/educativas dos docentes no que concerne na avaliação dos discentes no Ensino Fundamental II na escola mencionada acima, e se está contribuindo para o processo de ensino/aprendizagem, na formação humana e social.

No capítulo IV, é apresentada a análise dos dados levantados e as informações que possibilitaram a pesquisa, onde se buscou as respostas para os questionamentos levantados, tendo por base a pesquisa qualitativa. Onde apresenta que a pesquisa qualitativa não visa apresentar dados generalizáveis. Dessa forma, dificilmente os seus achados servirão para explicar fenômenos em contextos diferentes ou com indivíduos diferentes. O objetivo da pesquisa qualitativa é explicar um fenômeno ainda não conhecido em um determinado contexto, pouco estudado.

Portanto, este cenário atual da educação está envolto de grandes transformações que afetam as unidades escolares, sejam de ordem social, afetiva, econômica e tecnológica sinalizando de maneira cristalina a necessidade de mudanças nas formas de gerir a aprendizagem, bem como, os processos de ensino dos professores em sala de aula.

CAPÍTULO I

1 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este capítulo faz-se necessário para que sejam evidenciados os caminhos que direcionaram a pesquisa, compreendendo que a metodologia é o percurso percorrido para se chegar aos resultados esperados, neste caso específico sobre a temática *"A avaliação como ferramenta de construção da aprendizagem no Ensino Fundamental II da Escola Municipal São Francisco em Serra do Ramalho – Ba"*. A intenção é analisar como se dar essa nos espaços da unidade escolar, em que se pesquisa, no intuito de observar se as práticas docentes e o processo de ensino e aprendizagem dos discentes.

Quanto aos percursos metodológicos, foram adotados nesta pesquisa, as análises observadas em que Marx chama atenção para a distinção entre o método de investigação e o método de exposição, explicando que:

É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição, formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção a priori. (MARX, 1988, p. 26).

Para entender com mais profundidade o Materialismo Histórico Dialético - MHD, seguindo esse método, cujas categorias se constituem a partir da matéria, da consciência e da prática social, sendo que esta última é determinante em nossa pesquisa, pois os sujeitos são docentes e estudantes da unidade escolar a ser pesquisada. Nessa perspectiva, acredita-se que percorrer estes caminhos facilitará a compreensão da realidade onde acontecem os fatos que construíram este estudo.

1.1 Compreendendo o percurso metodológico

A pesquisa se fundamentou na abordagem metodológica qualitativa/quantitativa e teve como objetivos, a princípio, a aquisição de dados e, a posteriori o seu entendimento, a fim de expandir novos olhares e possíveis descobertas. Segundo Andrade (2003), a metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento. Partindo desse pensamento, é visto que a pesquisa é compreendida como uma maneira de se estudar com mais afinco a questão focada neste trabalho.

Segundo Gil (2007, p. 17), pesquisa é definida como o

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Só se inicia uma pesquisa se existir uma pergunta, uma dúvida para a qual se quer buscar a resposta. Pesquisar, portanto, é buscar ou procurar resposta para alguma coisa. As razões que levam à realização de uma pesquisa científica podem ser agrupadas em razões intelectuais (desejo de conhecer pela própria satisfação de conhecer) e razões práticas (desejo de conhecer com vistas a fazer algo de maneira mais eficaz). Para se fazer uma pesquisa científica, não basta o desejo do pesquisador em realizá-la; é fundamental ter o conhecimento do assunto a ser pesquisado, além de recursos humanos, materiais e financeiros.

1.1.1 Algumas considerações sobre o método Materialismo Histórico Dialético

Utilizamos nessa pesquisa como método o Materialismo Histórico Dialético, o qual firma-se na realidade concreta estudando os fenômenos da natureza, sociedade e o pensamento, analisando-os e interpretando-os a fim de desvelar a sua essência, ou seja, um de seus princípios fundantes é o desvelamento da realidade, tendo como suporte as mediações e contradições que estão imbuídas nas relações humanas/sociais. Assim, segundo Kosik (2002, p.20- 21), a dialética,

[...] é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade. Por isso, é o oposto da sistematização doutrinária ou da romantização das representações comuns. [...] A dialética não nega a existência ou a objetividade daqueles fenômenos, mas destrói a sua pretensa independência [...] A dialética não considera os produtos fixados, as configurações e os objetos, todo o conjunto do mundo material reificado, como algo originário e independente.

Compreender a realidade é o objetivo central do método dialético, desta forma, a reflexão densa, concisa, torna-se prerrogativa indubitável, pois, captar os aspectos da realidade é negar o superficial à luz das contradições e determinações. Coadunando com esta afirmativa, Cheptulin (1982, p. 1) destaca que o "[...] materialismo dialético estuda as formas gerais do ser, os aspectos e os laços gerais da realidade, as leis do reflexo desta última na consciência dos homens." Assim, à luz do materialismo histórico dialético, algumas categorias metodológicas serão evidenciadas: práxis, contradição, totalidade e mediação, com vistas a compreender a materialidade das

condições laborais e as suas implicações no processo de avaliação e as práticas pedagógicas desses docentes e a aprendizagem dos discentes.

Cabe salientar que utilizamos as categorias de conteúdo e de forma. Nesse sentido, por mais que muitos autores abordem a análise de conteúdo, inclusive, utilizando conceitos diferenciados e diferentes terminologias para as diversas etapas da técnica, neste ensaio teórico toma-se como base a conceituação de Bardin (2006), bem como as etapas da técnica explicitadas por este autor. Tal opção se deve por ser um dos autores mais conhecidos no Brasil, em pesquisas que adotam a análise de conteúdo como técnica de análise de dados. Bardin (2006, p.38) afirma que a análise de conteúdo consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens. [...] A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).

Diante do exposto, percebemos que, para Bardin (2006), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações. O autor afirma que o método tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados. Como afirma Chizzotti (2006, p. 98), “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas.”

Nesse sentido, Cheptulin (1982), diz que as categorias de conteúdo e de forma estão intrinsicamente ligadas ao movimento de apropriação de pensamento do indivíduo posto que conteúdos determinam formas, que por sua vez atribuem mudanças em conteúdos já estruturados no pensamento, assim, gerando nova forma ao conhecimento e um novo pensamento. Cabe destacar ainda, que o autor traz críticas a concepções reducionistas, revela que alguns autores consideram o conteúdo apenas como um conjunto de elementos constituintes de um objeto, outros ainda o analisam como não dialético, o que se torna incoerente, uma vez que os aspectos estão em movimento e necessitam integralmente um do outro.

1.1.2 Procedimento metodológico

Adotamos como procedimento metodológico o estudo de caso, a fim de identificar se as práticas educativas de avaliação do Professor do Ensino Fundamental II da Escola Municipal São

Francisco estão contribuindo para o processo de ensino e aprendizagem do aluno. A realização de um estudo de caso não é uma tarefa fácil, exige tempo e dedicação do pesquisador e, frequentemente, “os trabalhos são sujeitos a críticas em função de limitações metodológicas na escolha do(s) caso(s), análise dos dados e geração de conclusões suportadas pelas evidências” (MIGUEL, 2007, p. 217).

Nessa lógica da pesquisa, buscou-se compreender o seguinte:

- Está sendo atribuído um estudo através de observações dos docentes do Ensino Fundamental II da Escola Municipal São Francisco, de modo que permita o seu amplo e detalhado conhecimento sobre a avaliação educacional;
- As pesquisas buscam compreender a relação de determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que seja representativo do seu universo, para estudar aspectos variados dessa educação na sua totalidade.
- O Campo da pesquisa, cujo foco é uma unidade escolar que se examina as vivências dos docentes/discentes, objetivando estender a descrição de determinada realidade desses sujeitos inseridos nesse espaço.

Ciente de que o estudo de caso aprecia três passos básicos e fundamentais em uma pesquisa: a fase exploratória, a coleta de dados e, enfim, a análise dos dados seguida da construção de um relatório, e que esse tripé parte do contexto no qual se realiza a pesquisa, acredita-se que seja a opção mais apropriada para o desenvolvimento exitoso desta atividade de investigação.

O Estudo de Caso, como procedimento de análise, nada mais é do que uma investigação que busca em situações práticas, conclusões sobre singularidades que servem como exemplos para a compreensão mais globalizada de um determinado fenômeno.

Nessa perspectiva, objetivamos investigar que se assume tratar sobre uma situação específica, procurando encontrar as características e o que há de essencial nela. Esse estudo pode ajudar na busca de novas teorias e questões que serviriam como base para futuras investigações. Sendo assim, como instrumentos de coleta de dados foram realizadas aplicações de questionários com alguns docentes que fazem parte da Escola Municipal São Francisco do Ensino Fundamental II e, também, análise documental, por meio da qual analisou o Projeto Político Pedagógico – PPP da Escola Municipal São Francisco.

O PPP escolar é um documento que deve ser elaborado por cada instituição de ensino para orientar os trabalhos durante um ano letivo. O projeto político pedagógico precisa ter o caráter de um documento formal, mas também deve ser acessível a todos os integrantes da comunidade escolar. Ele determina, em linhas gerais, quais os grandes objetivos da escola, que competências ela deve desenvolver nos alunos e como pretende fazer isso.

1.1.3 Contextos de realização da pesquisa.

A pesquisa em destaque foi realizada na Escola Municipal São Francisco que está localizada no bairro Agrovila 02, na T, que fica aproximadamente, 37 quilômetros da sede do município de Serra do Ramalho. A cidade de Serra do Ramalho é uma cidade de estado do Bahia. Os habitantes se chamam serra-malhenses. O município se estende por 2 593,4 km² e contava com 31 472 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 12,1 habitantes por km² no território do município, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2010.

Vizinho dos municípios de Bom Jesus da Lapa e São Félix do Coribe, Serra do Ramalho se situa a 41 km a Sul-Oeste de Bom Jesus da Lapa a maior cidade nos arredores. Situado a 431 metros de altitude, de Serra do Ramalho tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 13° 35' 41" Sul, Longitude: 43° 32' 57" Oeste. Sua população de acordo o Censo do IBGE, em 2010 era de 31.638 habitantes. Localiza-se entre o Rio São Francisco e a serra de mesmo nome do município. Situa-se a 845 km da capital Salvador.

Os primeiros desbravadores da região foram os bandeirantes, seguindo-se do Ciclo do Couro e da mineração. Existem vestígios da presença indígena, embora não haja registros sobre os grupos indígenas que habitavam o local. Acredita-se que seriam do tronco linguístico macro-jê. A área do município pertencia anteriormente ao município de Bom Jesus da Lapa. Era habitada sobretudo pelas populações ribeirinhas, em sua maioria remanescentes de quilombos (quilombolas).

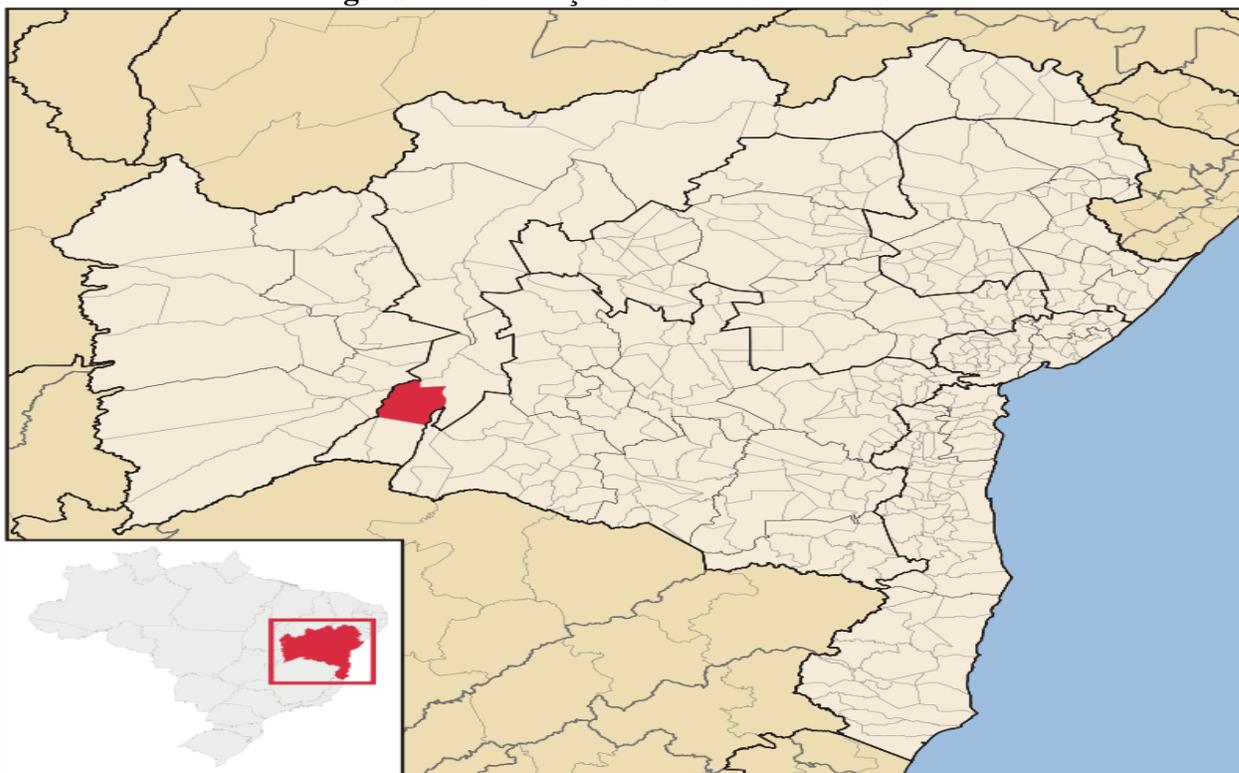
Até os anos 1970, região consistia em mata complexa e virgem, classificada como Mata Caatingada, Cerrado e Vegetação Hidrófila. Havia a ocorrência de espécies como o ipê, o cedro, a aroeira, a baraúna etc. Havia rios intermitentes e riachos na encosta da Serra do Ramalho (mesmo nome do município), além de rios perenes como o Rio São Francisco e o Rio Carinhanha.

A região era famosa pela fertilidade de suas terras em meio ao semi-árido do entorno e para lá se dirigiram muitos flagelados da seca. Em 1973, a região do Médio São Francisco foi decretada prioritária para desapropriação pelo governo federal, em vista da construção da represa de Sobradinho e da necessidade de reassentar os moradores desalojados pela obra.

A partir de março de 1976, o povoamento da região foi intensificado pelo assentamento das populações desalojadas. O projeto de assentamento, intitulado Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho, foi idealizado pelos engenheiros civis e agrônomos da empresa paulista Hidroservice. A maioria das mil famílias que foram instaladas em Serra do Ramalho era dos povoados de Pau-a-Pique, Bem-Bom, Intãs e Barra da Cruz, todos situados no município de Casa Nova. As famílias eram compostas de camponeses beraderos, ou seja, indivíduos que tiravam do rio, diretamente ou indiretamente, o seu sustento.

Estas famílias foram assentadas em um casebre e um lote de vinte hectares em um sistema de agrovilas. O sistema de agrovila separava os lotes a serem cultivados do local de moradia, ambos distantes do Rio São Francisco. Segundo o projeto original, as agrovilas concentrariam as casas dos colonos (aproximadamente 250 por agrovila), os serviços públicos, comunitários e religiosos, e o comércio. A Agrovila Nove abrigaria a administração do projeto e a cooperativa. Entretanto, somente a Agrovila Nove disponibilizaria os serviços previstos.

Deslocados em relação ao seu ambiente de vida anterior, muitos colonos não se adaptaram ao sistema das agrovilas e emigraram. Isto fez com que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, assentasse nas agrovilas famílias de sem-terras originárias de diferentes pontos da Bahia, do Nordeste e do Centro-Sul do país. Novas agrovilas foram criadas para atender a esta demanda e o projeto original foi descaracterizado. Aos poucos, os pequenos lotes foram se agrupando em lotes maiores. Hoje predomina a agricultura de sequeiro com grande ociosidade das terras.

Figura 1 - Localização de Serra do Ramalho/BA

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/serra-do-ramalho>

1.1.4 Sujeitos da pesquisa

Este estudo foi realizado por meio de visitas *in loco*, para aplicar os questionários aos docentes e discentes da da Escola Municipal São Francisco do Ensino Fundamental II, para saber como acontecem as avaliações na unidade escolar. Compreendemos que questionários: São questões organizadas e entregues ao respondente para que o mesmo responda sem a presença do pesquisador. Segundo Aaker (2001), o questionário é considerado uma “arte imperfeita”, pois não existem procedimentos exatos que garantam que seus objetivos de medição sejam alcançados com boa qualidade. Ainda segundo o autor, fatores como bom senso e experiência do pesquisador podem evitar vários tipos de erros em questionários, como por exemplo, as questões ambíguas, potencialmente prejudiciais, dada sua influência na amplitude de erros. No entanto, existe uma sequência de etapas lógicas que o pesquisador deve seguir para desenvolver um questionário: Para

este instrumento de coleta de dados devem ser mais utilizadas questões objetivas e poucas questões abertas para facilitar a atividade do respondente.

Diante do que foi exposto, fica evidente que dentro da pesquisa materialista histórica dialética, os aspectos qualitativos e quantitativos se complementam no sentido de compreender o que se discute. Nesse intuito, buscamos as informações para dar enriquecimento da pesquisa e compreensão do objeto de estudo, logo a debatida dicotomia pode então ser transposta dentro desta abordagem.

Aplicamos questionários, para analisar as falas dos sujeitos e os grandes avanços quanto ao Projeto Político Pedagógico como também as avaliações das aprendizagens nesse sistema de ensino. Nas transcrições do material coletado, em alguns momentos houve correções gramaticais e ortográficas para um melhor entendimento dos leitores. Lembrando que alguns sujeitos que responderam ao questionário (Docentes/Discentes) não têm todo domínio do português padrão, assim, fizemos algumas correções na transcrição, para uma análise interpretativa mais aprofundada dos conteúdos apresentados.

Nessa análise, o questionário foi aplicado com os sujeitos abaixo citados, e adotados os seguintes critérios para obtenção de resultados:

- 08 Docentes da Escola Municipal São Francisco do Ensino Fundamental II do município de Serra do Ramalho.
- 10 Discentes da Escola Municipal São Francisco do Ensino Fundamental II do município de Serra do Ramalho.

1.1.5 A análise documental

Pensar a elaboração de uma pesquisa no campo social, consiste que o pesquisador esteja ciente da diversidade de informações existentes. Além disso, é preciso estar ciente da grande diversidade de documentos, onde em especial, as informações são registradas. Neste sentido, foi proposto trazer à luz das abordagens de técnicas de investigação, algumas discussões pautadas em pesquisas bibliográficas e exploratórias que envolvem a análise documental associada à pesquisa social aplicada. Ao optar por analisar o PPP da Escola Municipal São Francisco, observamos que o projeto da unidade escolar, é um esforço temporário empreendido cujo objetivo é criar um novo produto, serviço ou processo. O PPP é um instrumento que reflete a proposta educacional da escola.

É através dele que a comunidade escolar pode desenvolver um trabalho coletivo, cujas responsabilidades pessoais e coletivas são assumidas para execução dos objetivos estabelecidos. Observou-se ainda, se tem alguns dados relevantes que podem enriquecer sobre seu percurso de funcionamento e etapas que fazem o seu desenvolvimento e a parte organizacional em um todo.

O Projeto Político Pedagógico nasceu após a Constituição de 1988, para dar autonomia às escolas na elaboração da própria identidade. Esse projeto é o referencial de quaisquer instituições de ensino. Regido pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) 9394-96, sancionada em dezembro do mesmo ano possui 92 artigos voltados para a educação. Ou seja, o marco do Projeto Político Pedagógico é a LDB, que intensifica a elaboração e autonomia da construção de projetos diferenciados de acordo com as necessidades de cada instituição.

O artigo 12 da LDB diz: "Os estabelecimentos de ensino respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica".

Sobre os procedimentos metodológicos, Lakatos (2007) diz que seriam etapas mais concretas de investigação, com a finalidade restrita em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos. Além dele, Gil (1999), também explica que os procedimentos técnicos a serem utilizados nas pesquisas, proporcionam ao pesquisador os meios adequados para garantir a objetividade e a precisão no estudo de ciências sociais.

Não obstante, é relevante ter claro as maneiras nas quais se utilizarão os documentos, onde de acordo com May (2004, s/p) ocorre com o levantamento de questões teóricas e metodológicas, através de informações para o enriquecimento da pesquisa. Nesse sentido, documentos que estão relacionados e dialogam a partir do momento em que o pesquisador vai a campo.

Ainda buscando compreender o espaço social, a forma de convivência em espaços coletivos, é inerente entender que a pesquisa social é sempre tateante, mas, ao progredir, elabora critérios de orientação cada vez mais precisos. Conforme lembram Bruyne et al., (1991, p. 16), "na realidade histórica de seu devir, o procedimento científico é ao mesmo tempo aquisição de um saber, aperfeiçoamento de uma metodologia, elaboração de uma norma". Obviamente isto se faz dentro da especificidade que as ciências sociais representam no campo do conhecimento. Por isso, para falar de Ciências Sociais dentro de sua distinção, serão retomados critérios gerais que a

distinguem e que se encontram em autores como Demo (1981) e Minayo (1992), sem, contudo, desvinculá-la dos princípios da cientificidade.

May (2004, s/p.) observa também os tipos das fontes documentais que o pesquisador social tem ao seu dispor (quando permitido o acesso), essas independem do suporte: leis, relatos de pessoas sobre incidentes ou períodos, registro governamentais, fotografias, iconografias, imagens.

É interessante observar que May (2004, s/p.) diferencia os documentos em suporte diferente do papel (excluindo a fotografia) tratando-os como fontes físicas e exemplifica como todo e qualquer objeto que possa auxiliar ou servir como evidência para uma pesquisa (uma peça de vestuário, uma ferramenta qualquer). Destarte, retomando os questionamentos acerca da análise documental, Richardson et al., (1999, p. 230) consideram algumas semelhanças na metodologia utilizada na análise documental e na análise de conteúdo. Entretanto, percebe também a existência de algumas dessemelhanças, a saber: “a análise documental trabalha sobre documentos. A análise de conteúdo sobre as mensagens; a análise documental é essencialmente temática, sendo essa apenas uma das técnicas da análise de conteúdo.”

Nessa análise, o projeto político pedagógico é um dos pilares mais fortes na construção de uma gestão democrática. É através dele que o gestor reconhece e concretiza a participação de todos na definição de metas e na implementação de ações e a equipe assume a responsabilidade de cumprir as metas projetadas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), no artigo 15, concedeu à escola progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira. Ter autonomia significa construir um espaço de liberdade e de responsabilidade para elaborar seu próprio plano de trabalho, definindo seus rumos e planejando suas atividades de modo a responder às demandas da sociedade, ou seja, atendendo ao que a sociedade espera dela. A autonomia permite à escola a construção de sua identidade e à equipe escolar uma atuação que a torna sujeito histórico de sua própria prática.

Ao construir o projeto político pedagógico de uma escola, planeja-se o que tem intenção de fazer, de realizar. Joga-se para diante, com base no que se tem, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente. Segundo Gadotti:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se,

atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (1994, p. 579).

Portanto, o princípio participativo no sentido de gerar a democracia na escola não esgota as ações necessárias para assegurar a qualidade de ensino. Tanto quanto o processo organizacional, e como um de seus elementos, a participação é apenas um meio de alcançar melhor e mais democraticamente os objetivos da escola, os quais se localizam na qualidade dos processos de ensino e aprendizagem. Em razão disso, a participação necessita do contraponto da direção, outro conceito importante da gestão democrática, que visa promover a gestão da participação.

Mesmo com todo este conhecimento, infelizmente, muitos gestores veem o projeto político pedagógico como uma mera formalidade a ser cumprida por exigência legal - no caso, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Essa é uma das razões pelas quais ainda há quem prepare o documento às pressas, sem fazer as pesquisas essenciais para retratar as reais necessidades da escola, ou simplesmente copie um modelo pronto. Negando, assim, o direito a diversidade de formas de ensino e aprendizagem.

1.1.6 Tratamento e análise das informações

Ao conduzir a realização dos questionários (ANEXO A a B), todas as informações produzidas foram organizadas levando-se em consideração, sempre, coleta das informações, o contexto em que estas/estes foram obtidas/obtidos. Posteriormente, as informações, já agrupadas/sistematizadas, foram confrontadas com o referencial teórico, havendo triangulação, no sentido de interpretá-las da maneira mais cabível possível, observando que a interpretação do conhecimento não se restringe à mera descrição factual daquilo que está codificado na lógica da linguagem (TRINDADE; FAZENDA, 2001, p. 219).

Nesse sentido, as análises foram feitas com base nos dados coletados, à luz do referencial teórico utilizado na pesquisa. Van Zanten (2004) aponta cuidados e atitudes que o pesquisador precisa ter quando do tratamento dos dados coletados e o recorte a ser efetuado diante de determinado momento histórico: É importante sermos rigorosos porque nossas provas empíricas não constituem nunca totalmente uma prova, mas permitem, pelo menos, uma transparência na

discussão. Se um pesquisador nos mostra o material que dispõe, o que selecionou, o que montou, há um debate possível entre os atores e é possível dizermos que interpretamos diferentemente dele. Isto permite a transparência de um tipo de discussão que me parece essencial.

No tratamento desses dados, de modo geral, buscamos por significados e ligações, pontos comuns e divergentes, observado o objetivo orientador da etapa. Com base nos dados que serão obtidos, serão construídas as análises pertinentes, consoante aos objetivos propostos para esta investigação. No entendimento de Gatti (2007, p. 29),

É preciso considerar que os conceitos de quantidade e qualidade não são totalmente dissociados, na medida em que de um lado a quantidade é uma interpretação, uma tradução, um significado que é atribuído à grandeza com que um fenômeno se manifesta (portanto é uma qualificação dessa grandeza), e de outro ela precisa ser interpretada qualitativamente, pois, sem relação a algum referencial não tem significação em si.

Por essa razão, foi observado o aspecto qualitativo como um valor para a interpretação pretendida, buscando os elementos presentes nos questionários e nas análises documentais, pautando-se nos autores que embasam teoricamente a pesquisa. As informações coletadas auxiliaram para a melhor compreensão do fenômeno pesquisado e contribuíram para uma ressignificação da realidade estudada.

CAPITULO II

2 AVALIAÇÃO E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A história da avaliação deve ser analisada com a nossa própria colonização. Luckesi (1995) aponta que “avaliação como sinônimo de provas e exames” é herança desde 1599, trazida para o Brasil pelos jesuítas, uma vez que enfatizava a memorização e dava especial importância à retórica e à redação, assim como à leitura dos clássicos e à arte cênica. Entre os alunos, os castigos físicos eram constantes, castigavam-se ou premiavam-se de acordo com a disciplina e o rendimento escolar. O professor era considerado o detentor de todo o saber e o transmissor absoluto dos conteúdos, cabendo aos alunos obedecer a ele em todas as circunstâncias, como apresenta Freire.

A narração de que o educador é o sujeito conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em vasilhas, em recipientes a ser encheidos pelo educador. Eis aí uma concepção bancária de educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receber os depósitos, guardá-los e arquivá-los. (...) Na visão bancária da educação, o saber é uma doação dos que julgam sábios aos que julgam nada saber (2005, p. 66-67).

Mas, foi Augusto Comte que repercutiu o termo para o mundo ocidental a partir da segunda metade do século XIX. Seu nascimento veio para contradizer a compreensão teológica da metafísica, sendo classificada por Comte em transitórias e suprimidas pelo estado positivo, sendo este, o regime definitivo da razão humana, onde, os fatos são relevantes e merecem um olhar científico, compreendidos como algo externo aos sujeitos e passíveis de serem analisados por meio de técnicas para ter a exatidão.

No que se refere ao campo educacional essa visão positivista, busca entender a aprendizagem e a proposição curricular na sua concretização de ideias e concepções. Um dos primeiros pensadores positivistas que conceituou a educação em seus estudos foi Durkheim (1858 - 1917). firmando que o processo educacional era um esforço contínuo, porém exequível de forma imposta para ensinar as crianças as maneiras de ver, de sentir e de agir.

Dessa maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. Uma educação desse tipo preocupa-se com a universalização do conhecimento. O treino intensivo, a repetição e a memorização são as formas

pelas quais o professor transmite os conteúdos e seus alunos são agentes passivos desse processo. Os conteúdos são verdades absolutas, dissociadas do cotidiano do aluno e de sua realidade social.

Os métodos baseiam-se tanto na exposição verbal como na demonstração dos conteúdos, que são apresentados de forma linear, ignorando as experiências trazidas pelos alunos, tornando a prática pedagógica estática, sem questionamento da realidade e das relações existentes, sem pretender qualquer transformação da sociedade; daí deriva o caráter abstrato do saber. Para Rabelo (1998, p. 47),

num processo de ensino assim, no qual se privilegia a memória em detrimento do raciocínio, o que se pode esperar do processo de avaliação? No mínimo, que ele cobre apenas memória em detrimento do raciocínio, cobre de volta as informações depositadas. Busca-se uma padronização de competências quase que exclusivamente memorística.

Fica claro que a avaliação jesuítica era puramente tradicional; nela, o conhecimento é representado como conjunto de valores de verdades universais, absolutas e imutáveis, compartimentadas e passíveis de serem transmitidas; a aprendizagem é a soma de informações; as disciplinas são isoladas; a avaliação – mera verificação – procura medir a exatidão do conteúdo trabalhado.

A avaliação também é encontrada na pedagogia Comeniana, que se desenvolveu insistindo na atenção especial que deve dar à educação como centro de interesse da ação do professor, mas não abstrai também do uso dos exames como meio de estimular os alunos no trabalho intelectual da aprendizagem. Ele dizia que o aluno não deixaria de se preparar para exames finais do curso superior se soubesse que o exame para colação de grau seria pra valer. Segundo ele, o medo é um excelente fator para manter a atenção dos alunos; então os mesmos aprendiam facilmente, sem fadiga e em menos tempo.

Pode-se considerar esse marco como a primeira iniciativa no Brasil, para verificação da aquisição de conhecimentos. Nesse Centro desenvolveram-se, ainda, cursos sobre elaboração de provas objetivas, com especialistas estrangeiros e fizeram-se várias publicações sobre temas ligados à avaliação educacional.

Em meados dos anos 1970 desenvolveu-se, pela iniciativa do ECIEL (Programa de Estudos Conjuntos de Integração Econômica Latino-Americana), o estudo avaliativo de porte, no Brasil e

outros países da América Latina, que versava obter resultados dos níveis de escolaridade e do rendimento escolar, obtidos por alunos com diferentes características pessoais e socioeconômicas.

Para tanto, fizeram a aplicabilidade de um questionário para levantar dados socioeconômicos em relação ao processo escolar, bem como, um exame de compreensão de leitura e de ciências.

Todavia, as preocupações sobre o desempenho dos estudantes matriculados na Educação Básica aconteceriam no final de 1980, principalmente a partir dos anos de 1990 e 2000, quando em âmbito internacional a valorização desses processos é posta como parte imprescindível de políticas educacionais, no contexto da globalização no que se tange ao econômico, cultural e social.

Significativos debates ocorreram no final de 1980 para tratar sobre os indicadores demonstrados no Brasil, visto que os que eram apresentados discorriam somente sobre: o alto índice de fracasso escolar devido as repetências, evasão escolar, baixos índices de conclusão. Porém, dados sobre o desempenho escolar efetivo dos alunos não eram sistematizados.

Diante desses fatos, o Ministério da Educação (MEC) promoveu uma oficina de trabalho com a participação de educadores para discutir sobre as questões avaliativas, a necessidade de mudança na Constituição no que tange a estrutura política educacional do país, bem como, pontuaram que o MEC deveria atuar como orientador desse processo para promover avanços na Educação Básica.

Ao final de 1987, o ministério aplicou uma avaliação de rendimento escolar em 10 (dez) capitais de estados do país, com o intuito de examinar as 1as, 3as, 5as e 7as séries de escolas públicas, a prova era composta por perguntas dos eixos curriculares de Língua Portuguesa (com redação), Matemática e Ciências, a correção foi feita através da teoria clássica.

O Brasil participou nos anos de 1990, do segundo Programa Internacional de Avaliação de Proficiência Educacional, fruto da influência de políticas educacionais globais, que no referido ano estava envolto nesse programa internacional 27 países. Somente duas capitais: Fortaleza e São Paulo participaram representando o país, que em seus resultados mostrou o precário desempenho dos alunos de 13 anos de idade no Brasil. Este modelo avaliativo internacional é o que hoje conhecemos como Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA).

Não obstante, no ano de 1991 o MEC realizou o mesmo tipo de avaliação feito nas escolas públicas, em escolas privadas, em 11 Estados e no Distrito Federal, essa ação de estudo serviu de base para a implantação do Sistema de Avaliação da Educação Brasileira (SAEB), a partir de 1993 aos alunos do Ensino Fundamental e Médio, inicialmente com provas objetivas no modelo clássico.

Apesar disso, a partir de 1995, a metodologia a ser efetivada foi da Teoria da Resposta ao Item. No Brasil, outra tratativa pontuada para a concepção do processo de avaliar foi proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais no ano de 1997, criado com a pretensão de superar a concepção tradicional de avaliação, porém como parte integrante e intrínseca do processo educacional. Ainda, segundo os PCNs:

A avaliação das aprendizagens só poderá acontecer se forem relacionadas com as oportunidades oferecidas, isto é, analisando a adequação das situações didáticas propostas aos conhecimentos prévios dos alunos e aos desafios que estão em condições de enfrentar.

Perfazendo as necessidades de indicadores para a construção de políticas para a educação criou-se no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a partir de 2007 mediante a aplicabilidade de avaliações nacionais para os municípios e Distrito Federal, com vistas a ter as médias de desempenho do processo de ensino e aprendizagem e fluxo escolar.

Ressaltamos que as avaliações externas estão sendo aplicadas até os dias atuais e os seus indicadores resultantes delimitaram para cada unidade federativa e suas respectivas unidades escolares metas a serem alcançadas a cada ano de aplicação do SAEB. Outro ponto a ser destacado, que algumas escolas do país também criaram suas avaliações internas para medir os saberes ensinados no âmbito educacional.

Partindo desse pressuposto, Luckesi (1995) afirma que a avaliação do aluno é feita por meio de provas escritas, orais, exercícios e trabalhos de casa, com enorme carga de cobrança e até mesmo punição, valoriza os aspectos cognitivos superestimados à memória e à capacidade de retorno do que foi assimilado. A aprendizagem torna-se artificial; memoriza-se para ganhar nota e não se estuda para abstrair o conhecimento, estimulando a competição entre os alunos que são submetidos a um sistema classificatório.

Segundo Perrenoud (1999), neste momento, o que se propõe é uma reestruturação interna na escola quanto à sua forma de avaliação. Necessita-se, sobretudo, de uma avaliação contínua, formativa, na perspectiva do desenvolvimento integral do aluno. O importante é estabelecer um diagnóstico correto para cada aluno e identificar as possíveis causas de seus fracassos e/ou dificuldades, visando a uma maior qualificação, e não somente uma quantificação da aprendizagem.

A avaliação não deve ser instrumento de punição, castigo, mecanização do conteúdo; deve, sim, ser concebida como promoção, aprendizagem, conhecimento. A avaliação é mais um momento de aprendizagem, e não de exclusão. É troca de conhecimento, e não um “acerto de contas”. É para facilitar, e não dificultar. É para compreender, e não memorizar.

2.1 Avaliação: Processo e Construção da Aprendizagem

Esse capítulo aborda um viés para entender os diferentes conceitos de avaliação e seus pressupostos. Atualmente a avaliação da aprendizagem está sendo voltada para a preparação de exames. Isso acontece porque os sistemas de ensino estão interessados nos percentuais de aprovação e reprovação dos alunos. Com isso, os procedimentos de avaliação se tornam elementos motivadores em busca de resultados.

A forma como a avaliação da aprendizagem está sendo empregada faz com que os alunos tenham uma atenção centrada no processo de promoção ao final do ano letivo e não na aquisição de conhecimentos. Já os professores utilizam as provas como forma de pressionar os alunos a alcançar os resultados esperados pela escola.

Segundo Kraemer (2006), avaliação vem do latim, e significa valor ou mérito ao objeto em pesquisa, junção do ato de avaliar ao de medir os conhecimentos adquiridos pelo indivíduo. É um instrumento valioso e indispensável no sistema escolar, podendo descrever os conhecimentos, atitudes ou aptidões que os alunos apropriaram. Sendo assim a avaliação revela os objetivos de ensino já atingidos num determinado ponto de percurso e também as dificuldades no processo de ensino aprendizagem.

A avaliação na concepção de Both (2007), vem atrelada ao processo, onde se direciona a qualidade do desempenho sobre a quantidade de atividades propostas, tanto para o aluno quanto

para o professor, ficando em um processo comparativo. Porém na visão do autor, o foco principal é a qualidade do ensino, ultrapassando os limites da verificação.

Percebe-se que o ato de avaliar é amplo e não se restringe ao único objetivo, vai além da medida, posicionando-se favorável ou desfavorável à ação avaliada, propiciando uma tomada de decisão.

Sob a ótica de Sant'Anna avaliação é:

Um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico (mental) ou prático. (SANT'ANNA, 1998, p.29, 30).

Partindo desse pressuposto, avaliação não consiste em só avaliar o aluno, mas o contexto escolar na sua totalidade, permitindo fazer um diagnóstico para sanar as dificuldades do processo de aprendizagem, no sentido teórico e prático.

Segundo Demo:

Refletir é também avaliar, e avaliar é também planejar, estabelecer objetivos etc. Daí os critérios de avaliação, que condicionam seus resultados estejam sempre subordinados a finalidades e objetivos previamente estabelecidos para qualquer prática, seja ela educativa, social, política ou outra. (DEMO, 1999, p.01).

Analisando categoricamente por meio dessa afirmação, que avaliar demanda refletir, planejar e atingir objetivos, tendo como propósito o entendimento que o ato avaliativo articula-se ao processo educativo, social e político.

Na compreensão de Libâneo avaliação é compreendida como:

Uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias. A avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor como dos alunos. Os dados coletados no decurso do processo de ensino, quantitativos ou qualitativos, são interpretados em relação a um padrão de desempenho e expressos em juízos de valor (muito bom, bom, satisfatório, etc.) acerca do aproveitamento escolar.

A avaliação é uma tarefa complexa que não se resume a realização de provas e atribuição de notas. A mensuração apenas proporciona dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa. A avaliação, assim, cumpre funções pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle em relação as quais se

recorrem a instrumentos de verificação do rendimento escolar. (LIBÂNEO, 1994, p. 195).

Portanto, pode se afirmar que a Avaliação é um instrumento permanente do trabalho docente, tendo como propósito observar se o aluno aprendeu ou não, podendo assim refletir sobre o nível de qualidade do trabalho escolar, tanto do aluno quanto do professor, gerando mudanças significativas.

Diante desse contexto, para Vasconcellos (1995) “a avaliação é, na prática, um entulho contra o qual se esboraam muitos esforços para pôr um pouco de dignidade no processo escolar”. Diante dessa colocação, é significativa a percepção de uma avaliação pautada numa perspectiva transformadora, tendo como pano de fundo resgatar seu papel no contexto escolar.

Conforme Luckesi (1989), avaliar é um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade tendo em vista a tomada de decisão.

Pautados na concepção de Luckesi (1989), pode-se definir que a avaliação não pode acontecer sem critérios definidos previamente. É preciso compreender que avaliar é um ato mais amplo do que simplesmente aplicar provas, todavia, para isso, o professor precisa ter um olhar reflexivo sobre o seu ato pedagógico, de forma a construir um caminho de planejamento e execução para que a avaliação não seja apenas uma ferramenta que o auxilie a diagnosticar o que seu aluno aprendeu ou deixou de aprender, mas que, a partir de então, saiba como fazer para intervir pedagogicamente.

Dessa forma, percebe-se que o planejamento é a palavra-chave quando pensamos em avaliação. Nesse sentido, o processo de avaliação do aluno também implica uma auto avaliação do professor e de seu trabalho, do que ensina, como ensina e para que ensina.

A partir dessa reflexão, todo ato de avaliar traz em sua ação o compromisso com o diagnóstico e a possibilidade de melhoria. O ato de avaliar, por sua constituição mesma, não se destina a um julgamento “definitivo” sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois que não é um ato seletivo. A avaliação se destina ao diagnóstico e, por isso, mesmo, à inclusão: destina-se a melhoria do ciclo de vida. (LUCKESI, 2011). Portanto, a avaliação não necessariamente precisa ter calendário fixo, mas deve ser estipulado em consenso com as partes envolvidas.

Apoiando-se na fundamentação teórica pode-se afirmar que:

Avaliar o aluno deixa de significar fazer um julgamento sobre a aprendizagem do aluno, para servir como momento capaz de revelar o que o aluno já sabe e os caminhos que percorreu para alcançar o conhecimento demonstrado, seu processo de construção de conhecimentos, o que o aluno não sabe e o que pode vir, a saber, o que é potencialmente revelado em seu processo, suas possibilidades de avanço e suas necessidades para que a superação, sempre transitória, do não saber, possa ocorrer (ESTEBAN, 2003, apud AFONSO, 1999, p. 53).

Desse modo, entende-se ser uma tarefa complexa, mas possível de se realizar quando assumimos com responsabilidade a nossa tarefa. É sabido que aprender envolve inúmeros procedimentos didáticos, e isso requer muito trabalho, porém quando reflito todas as questões planejando estratégias pedagógicas, consciente de que nem todos os alunos aprendem da mesma forma e respeitando a singularidade, o caminho a ser percorrido poderá ser árduo, mas a aprendizagem será significativa, e então a avaliação cumpre o seu papel de acompanhar o ato pedagógico, conforme destaca Hoffmann (2003), em seus estudos.

Cabe considerar a prática de muitos professores que ainda continuam com uma postura autoritária, preocupados apenas em repassar o conteúdo planejado e que, conseqüentemente, não se atentam para a efetiva aprendizagem em sala de aula. No conselho de classe fica evidente a falta da intervenção pedagógica diferenciada para aqueles que, no momento, apresentam dificuldades, ou seja, percebe-se que os professores aplicam a mesma dosagem pedagógica a todos.

Sobre avaliar na sala de aula, Saviane afirma,

O professor, na sala de aula, não se defronta com o indivíduo empírico, descrito em todas as suas variáveis, a respeito do qual existem conclusões precisas, estaticamente significativas. O professor está lidando com o indivíduo concreto; enquanto indivíduo concreto ele é uma síntese de inúmeras relações sociais (SAVIANI, 1997, p. 96).

Ainda se ressalta por que, muitas vezes, os educandos apresentam recusa ostensiva aos conteúdos em razão do mesmo não focar o contexto social no qual está inserido.

Para Paulo Freire,

O ensino deve sempre respeitar os diferentes níveis de conhecimento que o aluno traz consigo na escola. Tais conhecimentos exprimem o que poderíamos chamar de a identidade cultural do aluno – ligada, evidentemente, ao conceito sociológico de classe. O educador deve considerar essa “leitura de mundo” inicial que o aluno traz consigo, ou melhor, em si. Ele forjou-a no contexto do seu lar, de seu bairro, de sua cidade, marcando-a fortemente com sua origem social (FREIRE e CAMPOS, 1991, p. 5, apud GASPARIN, 2007, p. 14).

Entretanto, a constituição assegura que a educação é um direito de todos, logo, o professor precisa realizar seu trabalho na perspectiva de atingir a equidade da turma, assumindo o compromisso com a aprendizagem de todos. Precisamos transformar a realidade nas escolas como forma de resposta à sociedade que vem questionando o seu papel, em detrimento do perfil dos profissionais que estamos formando. Então cabe ao professor a responsabilidade em formar pessoas aptas a fazer uma leitura crítica de sua realidade, em razão das necessidades impostas pela sociedade.

No entanto, a atual LDB 9394/96 determina aos sistemas públicos e particulares de ensino realizar a avaliação de forma contínua, prevalecendo a qualidade e não a quantidade, em todos os níveis de ensino (BRASIL, 1996, p.29).

No artigo 24, inciso V, expressa: a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

Além da LDB, as Diretrizes Curriculares e o Projeto Político Pedagógico também dispõem sobre a avaliação da aprendizagem.

2.2 Aprendizagem escolar na prática pedagógica

A avaliação da aprendizagem escolar apresenta-se como um tema que provoca reflexões constantes na área educacional constituindo-se como fonte inesgotável de angústias entre o coletivo escolar. Sendo assim, a prática avaliativa apresenta-se como um desafio que exige, principalmente por parte do professor em sua prática pedagógica, verificar continuamente, se as atividades por ele planejadas, oportunizaram ao aluno construir realmente um conhecimento significativo.

Uma avaliação que busca a transformação social deve ter como objetivo o avanço e o crescimento do seu educando e não estagnar o conhecimento através de práticas disciplinadoras. Ela consiste em verificar o que o aluno aprendeu e se os objetivos propostos foram atingidos e se o programa foi conduzido de forma adequada. Deve representar um instrumento indispensável na verificação do aprendizado contínuo dos alunos, destacando as dificuldades em determinada disciplina e direcionando os professores na busca de abordagens que contemplem métodos didáticos adequados para as disciplinas.

O termo avaliação nos remete automaticamente ao processo de ensino e aprendizagem porque se constituem em articulações indissociáveis e inquietantes na práxis pedagógica dos docentes.

Embora a pedagogia contemporânea defenda uma concepção de avaliação escolar como instrumento de emancipação, no cotidiano escolar prevalece ainda nas práticas avaliativas, uma ênfase nas notas obtidas pelos alunos e não na sua aprendizagem. O uso dos resultados das avaliações encerra-se na obtenção e registro de símbolo do valor mensurável da aprendizagem do aluno.

Estes símbolos podem ser conceitos ou notas que expressam o valor atribuído pelo professor, supostamente, referente ao aprendizado do aluno, encerrando-se aí o ato de avaliar que, como revela Luckesi (2005) o valor concedido pelo professor ao aprendido pelo aluno, é registrado e, definitivamente, o aluno permanecerá nesta situação, o que equivale a ele estar determinantemente classificado.

A avaliação da aprendizagem existe profundamente para garantir a qualidade da aprendizagem do aluno, ela tem a função de possibilitar uma “qualificação da aprendizagem” do educando. A avaliação sempre será um instrumento a dimensionar o nosso trabalho, sendo um meio jamais um fim, acusando falhas e pontos que devem ser retomados.

Tal momento de avaliar a aprendizagem do aluno não deve ser o ponto de chegada, mas uma oportunidade de parar e observar se a caminhada está ocorrendo com a qualidade previamente estabelecida para esse processo de ensino e aprendizagem para retomar a prática pedagógica de forma mais adequada, uma vez que o objeto da ação avaliativa, no caso a aprendizagem, é dinâmico, e, com a função classificatória, a avaliação não auxilia o avanço e o crescimento para a autonomia. (LUCKESI, 2005)

A discussão sobre a avaliação escolar está diretamente vinculada ao processo de ensino e aprendizagem, ou seja, à prática pedagógica do professor. Porém, muitos educadores percebem o processo em questão de modo dicotomizado: o professor ensina e o aluno aprende.

No entanto, a avaliação deve ter como objetivo a qualidade da prática pedagógica do professor. A mesma é condição necessária para a construção da aprendizagem bem sucedida do aluno e não para classificar ou discriminar, mas um parâmetro para a práxis educativa.

Segundo Gasparin (2005), no trabalho pedagógico proposto pela pedagogia histórico-crítica, a avaliação da aprendizagem do conteúdo deve ser a expressão prática de que o aluno se apropriou de um conhecimento que se tornou um novo instrumento de compreensão da realidade e de transformação social. Deste modo, revela o autor que “a responsabilidade do professor aumentou, assim como a do aluno. Ambos são co-autores do processo ensino-aprendizagem” (p.2).

Gasparin (2005) destaca também que a avaliação da aprendizagem na concepção dialética do conhecimento, é a manifestação de quanto o aluno se apropriou das soluções para a resolução dos problemas e das questões levantadas, ou seja, do conhecimento adquirido.

O autor explica que na referida concepção dialética, a proposta pedagógica tem como primeiro passo, ver a prática social dos sujeitos da educação, a tomada de consciência sobre esta prática, levando professores e alunos a teorizar sobre a realidade. Isto possibilita passar do senso comum para os conhecimentos científicos e retornar à prática social de origem com uma perspectiva transformadora desta realidade. Sendo assim, com o conhecimento teórico adquirido, o aluno vai atuar sobre seu meio social com um entendimento mais crítico, elaborado e consistente (GASPARIN, 2005).

Os novos desafios do mundo contemporâneo exigem inovações didático- pedagógicas que possam contribuir para que a escola cumpra com seus objetivos de ensino e aprendizagem proporcionando um espaço repleto de possibilidades.

Sendo a avaliação uma das etapas da atividade escolar, é necessário que esteja sintonizada com a finalidade do processo ensino e aprendizagem e como possibilidade de perceber nos sujeitos escolares suas fragilidades, seus avanços e desta forma, mediar o processo de apropriação do conhecimento e conseqüentemente, com a função social da escola que é a de promover o acesso aos conhecimentos socialmente produzidos pela humanidade a fim de possibilitar ao aluno condições de emancipação humana.

Deste modo, a educação ofertada pela instituição escolar deve possibilitar o processo dialético de trabalho pedagógico para formar alunos autônomos em sua aprendizagem e em seu desenvolvimento humano, produtores de conhecimento crítico e significativo, conscientes e comprometidos com a melhoria do seu meio social.

Para Gasparin (2005), o trabalho de todo o processo ensino e aprendizagem deve contribuir para transformar um aluno-cidadão em um cidadão mais autônomo. Inicialmente, este trabalho pedagógico exige um aluno que se aproprie dos conhecimentos científicos pela mediação do professor. Depois, ao término do período escolar, pressupõe-se que esse aluno apresente a condição de cidadão crítico e participativo, sem a presença e intermediação do professor, transportando os conceitos científicos apreendidos para a nova dimensão de sua vida.

O processo de avaliação da aprendizagem deve ser praticado com esta perspectiva dialética do conhecimento, mas os critérios e procedimentos de avaliação muitas vezes não condizem com a realidade vivida pelo aluno no processo de construção do conhecimento, levando-o ao fracasso escolar.

Vasconcellos (2005) propõe que o papel que se espera da escola é que possa colaborar com a formação do cidadão pela mediação do conhecimento científico, estético, filosófico. Para o autor,

Os alunos, desde cedo, precisariam ser orientados para dar um sentido ao estudo; [...] na tríplice articulação entre compreender o mundo em que vivemos, usufruir do patrimônio acumulado pela humanidade e transformar este mundo, qual seja, colocar este conhecimento a serviço da construção de um mundo melhor, mais justo e solidário (p.69).

O conhecimento deve ajudar a compreender o mundo e nele intervir sendo que a principal finalidade da avaliação no processo escolar é ajudar a garantir a formação integral do aluno pela mediação do conhecimento e da aprendizagem por parte de seus alunos.

Esta concepção de avaliação exige uma mudança de postura do professor o qual deve investir suas potencialidades, não no controle do que foi transmitido e sim na aprendizagem dos alunos.

Nesta concepção dialética, a forma de trabalho em sala de aula terá que sofrer mudanças. É preciso olhar para o que cada aluno já sabe e para suas reais necessidades e, isso significa olhar para a prática e para a teoria que sustenta essa prática, articulando-as com a dinâmica do trabalho em sala de aula. Superar os conteúdos desvinculados da prática social dos alunos e a metodologia passiva, uma vez que o professor, pela avaliação, vai acompanhar a construção da aprendizagem do aluno na perspectiva de superação do senso comum. Com uma concepção dialética da educação, supera-se o sujeito passivo da educação tradicional, quanto o sujeito ativo da educação nova, em direção ao sujeito interativo (VASCONCELLOS, 2005).

Hoffmann (1994) explica que a contradição entre o discurso e a prática de alguns educadores e sua ação classificatória e autoritária exercida, encontra explicação na concepção de avaliação do educador, reflexo de sua história de vida como aluno e como professor. Muitos professores reproduzem em sua prática pedagógica em sala de aula, influências de sua formação desenvolvida numa visão tradicional e classificatória da avaliação.

Segundo Hoffmann (1994), as experiências que os futuros professores têm no seu processo de formação ditam suas posturas, posteriormente, na prática de sala de aula. Como relata a autora: “ensinou-se muito mais sobre como fazer provas e como atribuir médias, do que se trabalhou com o significado dessa prática em benefício ao educando e ao nosso próprio trabalho” (p.185).

A autora acima considera necessário que os professores tenham já na sua formação uma nova prática em termos de avaliação. Não basta receber uma série de conceitos bonitos relativos a avaliação de seus alunos, mas ser avaliado no esquema bem tradicional. Portanto, quem trabalha com a formação acadêmica dos nossos futuros professores, tem também um compromisso de mudar a prática de avaliação dos mesmos.

Segundo Vasconcellos (2005), deve-se avaliar para mudar o que tem que ser mudado. A avaliação deve ter efeito prático, ou seja, para o professor mudar a forma de trabalhar retomando conteúdos, explicando de outra maneira, mudando a forma de organizar o trabalho em sala de aula e dar atenção especial aos alunos que apresentam maior dificuldade; quanto à escola, proporcionar mais condições de estudo, criar espaço para recuperação, rever o currículo, incentivar a integração entre professores e desenvolver sempre alternativas para melhoria do processo de ensino e aprendizagem, envolvendo o coletivo escolar.

Cabe à escola, buscar a socialização através das ações pedagógicas que desenvolve e realizar tarefas coletivas cuidando para que estas sejam desenvolvidas pelo grupo e não por um único componente. Nesse caso, é preciso ensinar os alunos a trabalhar individualmente e em grupos e a serem responsáveis na execução do seu trabalho. Tal procedimento faz com que os mesmos se sintam como partes integrantes de um grupo e de um contexto social mais amplo.

Na concepção pedagógica tradicional a educação é concebida como mera transmissão e memorização de informações prontas e o aluno é visto como um ser passivo e receptivo. Nesta

pedagogia a avaliação está diretamente associada ao fazer prova, fazer exame, dar notas, repetir ou passar de ano.

As concepções contemporâneas priorizam a avaliação do processo de construção do conhecimento confirmando que esta avaliação se dá através de três momentos: síntese, análise e síntese. O professor vai acompanhando a construção do aluno e percebendo o nível em que o mesmo se encontra (mais ou menos sincrético), bem como “as elaborações sintéticas, ainda que provisórias, possibilitando a interação na perspectiva de superação do senso comum” (VASCONCELLOS, 2005, p.72).

Para explicar o exposto no parágrafo anterior dentro de um enfoque mais completo deste processo dialético, buscamos em Gasparin (2005), que é perfeitamente possível no atual momento histórico, relacionar uma nova cultura avaliativa da aprendizagem com o fazer pedagógico sugerido na proposta dialética de trabalho docente-discente que parte da prática, vai a teoria e retorna à prática.

O trabalho pedagógico dentro da pedagogia Histórico-crítica, tem como ponto de partida a prática social inicial do conteúdo, onde o aluno é mobilizado a fazer a primeira leitura da realidade, ou seja, um contato inicial com o tema a ser estudado, devendo perceber alguma relação entre o conteúdo e seu cotidiano, das suas relações sociais, cabendo ao professor respeitar os diferentes níveis de conhecimento que o aluno traz consigo à escola, ou seja, seu saber anterior considerado no momento de diagnóstico.

Ao iniciar seu trabalho frente aos alunos, evidentemente o professor deve ter elaborado um planejamento de suas atividades, ter uma expectativa, no plano teórico, em relação ao aluno, como ele aprende, o que ele vai ensinar para que na prática, o professor busque uma coerência pedagógica, refletindo e discutindo com os mesmos.

No segundo momento vem a problematização, fundamental para o encaminhamento de todo o processo de trabalho docente-discente, elemento chave entre a prática e a teoria, entre o fazer cotidiano e a cultura elaborada, iniciando o trabalho com o conteúdo sistematizado, confrontando-o com a prática social.

A partir das questões levantadas nos passos anteriores, esse terceiro passo do método, a Instrumentalização, onde os alunos, sujeitos aprendentes e o objeto da sua aprendizagem e o objeto

do conhecimento apresentado, são postos em recíproca relação através da mediação do professor que auxilia e orienta os alunos para que estes apropriem-se do conhecimento socialmente produzido e sistematizado para responder aos problemas levantados. É um dos pontos centrais do processo.

Na sequência, quarto momento, temos a catarse, cuja operação fundamental é a síntese. O educando mostra que, de uma visão sincrética que o mesmo trouxe em relação ao conteúdo, agora ele pode concluir com uma síntese, no seu novo nível de aprendizagem (momento da avaliação que traduz o crescimento do aluno). Conforme as circunstâncias, a avaliação pode ser realizada de maneira informal ou formal, mas sempre devem ser levados em conta dois elementos básicos: os instrumentos e os critérios.

Gasparin (2005) nos mostra que esse tipo de avaliação não ocorre apenas nessa fase, mas durante o transcorrer de todas as atividades. A catarse é a demonstração teórica do ponto de chegada. Daqui o aluno retorna à prática social, mas manifestando uma nova postura prática, uma nova atitude sobre o conteúdo e uma nova forma de agir. Uma prática social Final de Conteúdo, o qual é o quinto momento previsto neste método pedagógico. A avaliação que permeia todo esse processo será para verificar o que o aluno aprendeu, para dar continuidade ou retomar o conteúdo, se for o caso.

Vasconcellos (2005) explica que não há como abolir a avaliação, pois, neste caso, não se conheceriam as dificuldades do aluno, por não haver uma avaliação contínua do processo e o professor não teria como ajudá-los. Esclarece que é uma crítica ao uso corrente da prova num momento sacramentado e destacado, ou seja, desvinculada do processo ensino e aprendizagem.

As pedagogias contemporâneas valorizam uma metodologia mais participativa onde a avaliação é concebida como experiência de vivência. Na relação dialética, presente na avaliação, o aluno confronta-se com o objeto do conhecimento que o levará a participação ativa, valorizando o fazer e refletir, sem medo de errar porque o erro, no processo ensino-aprendizagem, assume o caráter mediador. Assim, tanto o aluno como o professor podem rever sua trajetória para compreender e agir sobre o conhecimento e a avaliação não se reduz a apenas atribuir notas.

Retomando Vasconcellos (2005), o autor faz a distinção entre avaliação e nota, mostrando que a primeira é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, para captar seus avanços, suas resistências, dificuldades e possibilitar uma tomada

de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos. A nota, seja na forma de número, conceito ou menção, é uma exigência formal do sistema educacional. Mesmo que, um dia, não haja mais nota na escola, ou reprovação, certamente haverá necessidade de continuar existindo avaliação, como acompanhamento do desenvolvimento dos alunos ajudando-os em suas eventuais dificuldades.

Para que isso um dia venha acontecer, em primeiro lugar, o professor não deve fazer uso autoritário da nota, e sim, através de novas práticas concretas, mostrar ao aluno que, se ele aprender, a nota virá como conseqüência. (VASCONCELLOS, 2005).

Vasconcelos (2005) também esclarece que algumas questões relativas à recuperação de estudos, enfatizando que essa prática pedagógica, mais do que uma estrutura da escola, deve significar uma postura do professor no sentido de garantir a aprendizagem dos alunos. É importante que a recuperação aconteça no próprio ato de ensinar, quando o professor, a partir da análise dos erros, percebe a necessidade dos alunos. Caso não ocorra esta recuperação, o professor está se omitindo em sua tarefa primordial que é garantir a aprendizagem. A recuperação da aprendizagem deve traduzir-se na recuperação da nota, uma vez que, até o momento, existe nota.

No início de cada ano letivo, o professor deve explicitar aos seus alunos, a metodologia a ser utilizada, o conteúdo a ser desenvolvido, seus critérios de avaliação que devem ser claros para favorecer os processos avaliativos que permitirão que a avaliação tenha realmente uma função de feedback. Isto possibilita que as atividades didático-pedagógicas sejam desenvolvidas de maneira mais eficaz e positiva pelo professor. Neste sentido, a avaliação não será aplicada somente ao nível de aprendizagem do aluno, mas também ao aperfeiçoamento do ensino.

Cabe ressaltar que a avaliação da aprendizagem escolar está relacionada a uma concepção de homem, de sociedade, ao Projeto Pedagógico da escola. No entanto, de modo geral, não se percebe a discrepância entre a proposta educativa teórica e a prática efetiva. Para superar esta contradição entre a concepção que fundamenta o trabalho do professor da Rede Pública Estadual de Ensino, a qual tem sua base no materialismo histórico dialético e entre a avaliação que se revela nas ações avaliativas implementadas nestas escolas, faz-se necessário uma reflexão crítica sobre a prática.

A avaliação é um meio ou recurso para verificar se a aprendizagem ocorreu ou não. Ela está a serviço da prática pedagógica como um mecanismo social que busca superar as contradições existentes na sala de aula, tentando dar autonomia ao aluno.

A pedagogia dos conteúdos sócio-culturais centrada na ideia de igualdade para todos no processo de educação e na compreensão que a prática educacional se faz pela socialização do conhecimento produzido pela humanidade, ao longo de sua história através da prática social, nos traz uma prática de avaliação condizente com o novo modelo social. Propõe a superação do autoritarismo exigindo a participação democrática de todos. A avaliação educacional serve como um mecanismo de diagnóstico da situação visando o avanço e o crescimento e possibilita ao aluno condições de emancipação humana. (LUCKESI, 2005, p.31)

Hoffmann (1996) esclarece: “entendo que a avaliação, enquanto relação dialógica vai conceber o conhecimento como apropriação do saber pelo aluno e pelo professor, como ação-reflexão-ação que se passa na sala de aula em direção a um saber aprimorado, enriquecido, carregado de significados, de compreensão.” (p.148) Esta autora esclarece que, o diálogo, entendido a partir dessa relação epistemológica não é obrigatoriamente uma conversa verbalizada entre professor e aluno. Ele é mais amplo e complexo. É uma reflexão em conjunto com o aluno sobre o objeto do conhecimento, para encaminhar-se à superação. Isto significa desenvolver uma relação dialógica, teórico-prática, fundamental na avaliação mediadora.

Para Vasconcellos (2005), o processo de conquista de conhecimento de forma dialógica, supera o senso comum deformado a respeito da avaliação, mas para se concretizar uma transformação é preciso envolver todo o coletivo escolar. Os professores devem investir para criar uma nova mentalidade junto aos alunos, aos demais educadores e aos pais. Os pais e alunos precisam encontrar o mesmo tipo de postura por parte de cada professor e dos demais profissionais que atuam na escola. Os critérios utilizados na avaliação devem ser conhecidos anteriormente pelos pais e alunos. A escola deve privilegiar espaços para que estes critérios sejam sempre discutidos, aclarados e concretizados.

CAPITULO III

3 A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Neste capítulo, foi realizada uma discussão sobre o Projeto Político Pedagógico – PPP, para identificar na pesquisa as práticas educativas dos docentes na avaliação do Professor do Ensino Fundamental II da Escola Municipal São Francisco, e se está contribuindo para o processo de ensino e aprendizagem do aluno na unidade escolar.

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico que é um instrumento no aspecto de ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola de uma forma sistematizada, consciente, científica e participativa. É o caminho mais acertado para reinventar a escola, dando significado às suas finalidades e objetivos. Deve representar o compromisso de um grupo com uma determinada trajetória no cenário educacional, apresentando clareza sobre as forças e os limites dos seus integrantes.

O PPP de uma escola é um documento de relevante importância, pois é através dele que se identifica a situação atual da escola, seus potenciais e fragilidades.

A constituição federal de 1988, no artigo 206 destaca:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei por planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade.

Dentre os aspectos anteriormente citados, destacamos o parágrafo VI que enfatiza a importância da gestão democrática na educação pública, essa gestão democrática citada refere-se à elaboração, acompanhamento e execução do Projeto Político Pedagógico. O PPP é uma radiografia da situação escolar, nele deve conter as mais diversas informações para o diagnóstico e oferta de um ensino de boa qualidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n.º 9.394/96, sugere um modelo de gestão democrática, assemelhando-se a ao que estabelece a constituição federal em seu artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada

com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. De acordo como que está previsto em lei, a educação não se restringe apenas a unidade escolar, mas ao compromisso de todos que faz parte da sociedade, e estando ativamente participativos nas questões que tangem a educação. Também é responsabilidade da sociedade civil, a fiscalização o envolvimento e a participação das atividades no ambiente escolar. Exigindo do poder público, seus direitos, relacionados à gratuidade e qualidade no ensino ofertado.

De acordo com Almeida e Freitas (2015, p. 25)

Um PPP não pode ser feito com base em cópia de PPP de outras escolas, pois cada escola tem sua própria realidade. É como um microcosmo educacional que tem suas próprias prioridades, mas que deve se articular com o Plano Nacional de Educação e a busca de suas metas.

Cada PPP é único, por retratar a realidade ímpar de cada escola, com seu público singular, seus potenciais e desafios particulares. É um documento que se compara a uma radiografia da escola, que mostra seu diagnóstico, suas fragilidades e aspectos positivo. O projeto deve conter uma série de requisitos, tendo como parâmetro, o que anteriormente foi elaborado por toda equipe escolar e comunidade, tornando o trabalho mais efetivo, com maior produtividade e melhores resultados, tanto no aspecto quantitativo como no aspecto qualitativo. A comunidade deve ser convocada, os pais estimulados a participar dos eventos escolares além de realizar o acompanhamento do desempenho de seus filhos.

Para ser legítimo, o PPP precisa ter a participação de toda a comunidade educativa, diretamente ou por representatividade também legítima e democrática. Indispensável é que à frente de sua construção esteja a direção escolar, exercendo sua liderança na coletividade, mobilizando e estimulando todos à participação, compartilhando e orientando.

O projeto pedagógico não é um conjunto de planos e projetos de professores, nem somente um documento que trata das diretrizes pedagógicas da instituição educativa, mas um produto específico que reflete a realidade da escola, situado em um contexto mais amplo que a influência e que pode ser por ela influenciado. (Veiga 1998, p.21)

Elaborado em conjunto, o Projeto Político Pedagógico articula várias dimensões que devem ser colocados em prática, com isso o espaço escolar é um local de debate, tomada de decisões,

discussões, onde permitem que professores funcionários, pais e alunos explicitem seus interesses, suas reivindicações. A participação favorece a autonomia da escola. Segundo Pedro Demo:

Participação é um processo no sentido legítimo de termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo... é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acaba. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir. (Demo, 1996, p.32)

O PPP da escola pode ser inicialmente entendido como um processo de mudança e de antecipação do futuro, que estabelece princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor organizar, sistematizar e significar as atividades desenvolvidas pela escola como um todo. Então sua dimensão político-pedagógica caracteriza uma construção ativa e participativa dos diversos segmentos escolares? alunos, pais, professores e funcionários, direção e toda a comunidade escolar. Para Veiga,

Construir um projeto pedagógico significa enfrentar o desafio da mudança e da transformação, tanto na forma como a escola organiza seu processo de trabalho pedagógico como na gestão que é exercida pelos interessados, o que implica o repensar da estrutura de poder da escola. (Veiga, 1996, p.15)

A nova LDB ao determinar os princípios que devem reger o ensino, indica que um deles é a gestão democrática. No artigo 14 são previstos os princípios nos Incisos:

I? participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II? participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Os professores e demais membros da comunidade escolar, ao assumir a incumbência dada pela LDB de elaborar o Projeto Político Pedagógico da escola estão exercitando a participação, pois é uma atividade educativa em constante planejamento.

A participação da comunidade é fundamental na construção de uma educação democrática. A escola deve se transformar em um espaço público, onde todos tenham possibilidade expor opiniões sendo respeitadas as diferenças. Devem estar envolvidos na elaboração das normas disciplinares, organização e planejamento da escola.

Os pais devem sempre se relacionar e se envolver nas atividades da escola, assim ficará mais fácil conhecer e participar das decisões e atividades em conjunto. A participação da comunidade é um componente essencial para o sucesso educativo, porque a educação não se realiza sem a sua gestão da educação e na avaliação das políticas educacionais. De acordo com Paro:

A participação da população na escola só conseguirá alguma mudança a a partir da participação de pais e responsáveis pelos alunos, oferecendo ocasiões de diálogo, de convivência verdadeiramente humana. E a direção deve estar consciente de que, para a abertura dos portões e muros, a escola deve estar predisposta a mudanças na gestão e na forma de participação da comunidade. É necessário entendê-la como participação política, que deve ser entendida como direito de cidadania. (Paro, 2001 p.47)

A participação dos membros da comunidade escolar na construção do projeto da escola vai favorecer aprendizagens significativas, porque desenvolvido desta forma permite que as pessoas ressignifiquem as suas experiências, reflitam sobre as suas práticas, resgatem, reafirmem e atualizem os seus valores na troca com os valores de outras pessoas, explicitem os seus sonhos e utopias, demonstrem os seus saberes, deem sentido aos seus projetos individuais e coletivos, reafirmem as suas identidades, estabeleçam novas relações de convivência e indiquem um horizonte de novos caminhos, possibilidades e propostas de ação.

O que fica claro é que o PPP da escola, quando bem construído e administrado, pode ajudar de forma decisiva a escola a alcançar os seus objetivos. A sua ausência, por outro lado, pode significar um descaso com a escola, com os alunos, com a educação em geral, o que, certamente, refletirá no desenvolvimento da sociedade em que a escola estiver inserida.

Portanto, o PPP visa à promoção da transformação necessária e desejada pelo coletivo escolar e comunitário. Infelizmente às vezes as escolas não percebem que a elaboração do seu projeto é um momento privilegiado para que a escola conte e registre a sua história, não se permitindo desperdiçar tal oportunidade.

A importância política da escola é fundamental, na formação dos alunos, no contato com a comunidade, pois ela representa a ação do estado, a escola é a ferramenta de promoção do conhecimento e espaço para o desenvolvimento da cidadania, da cooperação entre as pessoas, assim devem preservar seus princípios éticos e morais, seguir a legislação vigente e manter o seu

PPP atualizado, promover reuniões, debater seus principais problemas, estar aberta a sugestões, analisando e fazendo as necessárias modificações em seu regimento interno e o PPP. Promovendo a emancipação do aluno como um agente politizado, crítico e sensível as questões do cotidiano da sociedade, desta forma

De acordo com Veiga (2008, p. 55),

Torna-se cidadão está longe de esgotar-se como aquisição legal de um conjunto de direitos, mas se constitui em novas formas de sociabilidade. A escola caracteriza-se com institucionalização das medidas reais, para que a intencionalidade possa tornar-se efetiva, concreta, histórica, a fim de que os objetivos intencionalizados não fiquem apenas no plano ideal, mas ganhe forma real. A escola é lugar de entrecruzamento do projeto coletivo da sociedade com os projetos existenciais de aluno e professores. É ela que torna educacionais as ações pedagógicas, a proporção que as impregna com as finalidades políticas da cidadania.

Nesse sentido, nota-se a real importância do Projeto Político Pedagógico para a escola, suas dificuldades para elaboração e também a grande contribuição que o documento traz para o bom funcionamento da unidade escolar e no desenvolvimento e promoção da cidadania, das atividades pedagógicas, além da aproximação da família nas demandas escolares.

3.1 A Gestão Democrática e Participativa na Escola

A gestão democrática na escola tem o objetivo de envolver toda a comunidade escolar através da participação efetiva na construção do Projeto Político Pedagógico e em todas as decisões que imergirem desta gestão. A gestão democrática da escola só tem êxito se a comunidade participar de forma efetiva e ativamente direta, ou através dos órgãos colegiados da escola como o Conselho Escolar e o Grêmio Estudantil.

Segundo Luckesi (2007, p.15), “Uma escola é o que são os seus gestores, os seus educadores, os pais dos estudantes, os estudantes e a comunidade. A cara da escola decorre da ação conjunta de todos esses elementos”. Isto é, a escola é administrada em função de sua comunidade e com sua comunidade com participação efetiva de todos. Assim, ela é o espelho de seus gestores.

A gestão democrática é um princípio constitucional fortalecido pela LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei n. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, Lei Darcy Ribeiro e distinguir-se pela prática dos seus gestores associados a uma visão de educação emancipadora. Ela exige um gestor capaz de identificar e programar espaços de aprendizagem

compatíveis com uma educação participativa, certificando a construção de escolas solidárias, democráticas e competentes.

Segundo o Art. 14, da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96, os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

A gestão democrática voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, expressa um anseio de crescimento dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática.

A gestão democrática permite o controle da sociedade civil sobre a educação e a escola pública, introduzindo a eleição de dirigentes escolares e os conselhos escolares, garante a liberdade de expressão, de pensamento, de criação e de organização coletiva da escola, e facilita a luta por condições materiais para aquisição e manutenção dos equipamentos escolares (material didático, de pesquisa e leitura, de informatização), bem como por salários dignos a todos os profissionais da educação (BASTOS 2002: p. 78). O que nos remete à necessidade de se estabelecer a gestão democrática na escola, bem como de se estabelecerem relações de reciprocidade na construção do coletivo.

De acordo com Genuíno Bordignon (in Federativo: 2006(E) o princípio da gestão democrática da educação pública, com status constitucional, e os dispositivos legais relativos à sua implementação, representam os valores e significações dos educadores que preconizam uma educação emancipadora, como exercício de cidadania em uma sociedade democrática. São resultado de um processo instituído ao novo fundamento de gestão democrática da educação a desfazer o paradigma patrimonialista. Mas esses dispositivos legais, por si só, não mudam cultura e valores. Somente as práticas iluminadas pelo novo paradigma podem mudar culturas e valores.

Assim, para que os fundamentos do novo paradigma constitucional, que preconiza uma educação democrática, emancipadora, cidadã, possam desfazer os do antigo paradigma patrimonialista, é necessário que a comunidade escolar e local adote a estratégia de participar efetivamente nos conselhos, com autonomia para exercer seu poder cidadão na gestão das instituições públicas de educação, tendo como pressuposto que essas instituições pertencem à cidadania.

Uma gestão escolar democrática, a própria palavra nos diz, promove a redistribuição de responsabilidades, ideia de participação, trabalho em equipe, decidir sobre as ações que serão desenvolvidas, analisa situações e promove confronto de ideias, procura-se, assim, o êxito de sua organização, através de uma atuação consciente. (PAULA; SCHNECKENBERG, 2008 p. 10).

Avançou-se muito no que diz respeito à gestão democrática, mas ainda tem uma longa estrada a percorrer, pois se vive em uma sociedade onde a burocracia ainda impera.

A organização do trabalho pedagógico na escola pública não é uma tarefa fácil, requer uma formação de boa qualidade além de exigir do gestor um trabalho coletivo que busque a autonomia e a participação na construção do projeto político- pedagógico. Numa gestão democrática, o gestor precisará saber como trabalhar os conflitos e desencontros, deverá ter competência para buscar novas alternativas e que as mesmas atendam aos interesses da comunidade escolar, deverá também, compreender que a qualidade da escola dependerá da participação ativa de todos os envolvidos no processo, respeitando individualidade de cada um e buscando nos conhecimentos individuais novas ideias para enriquecer o trabalho coletivo. A gestão democrática exige participação. “Democracia e participação são dois termos inseparáveis, à medida que um conceito remete ao outro.” (LÜCK, 2006, p. 54)

Ao se referir às escolas e sistemas de ensino, o conceito de gestão participativa envolve, além dos professores e funcionários, os pais, os alunos e qualquer outro representante da comunidade que esteja interessado e na melhoria do processo pedagógico. (LÜCK. et.al. 2005, p.17).

Nesse sentido, entre as modalidades mais conhecidas de participação, estão os conselhos de classe – bastante difundidos no Brasil – e os conselhos de escola, colegiados ou comissões que surgiram no início da década de 1980.

Portanto, o princípio participativo no sentido de gerar a democracia na escola não esgota as ações necessárias para assegurar a qualidade de ensino. Tanto quanto o processo organizacional, e como um de seus elementos, a participação é apenas um meio de alcançar melhor e mais democraticamente os objetivos da escola, os quais se localizam na qualidade dos processos de ensino e aprendizagem. Em razão disso, a participação necessita do contraponto da direção, outro conceito importante da gestão democrática, que visa promover a gestão da participação.

3.1.1 Função Social no Ambiente Escolar

O primeiro contato com a educação e o desenvolvimento social que uma pessoa tem é em casa, com a família. Porém, cedo ou tarde, é preciso ampliar o conhecimento desta para além do lar. É necessário fazê-la entender como funciona uma sociedade, qual é o seu papel nela e o que aprender para adquirir conhecimentos básicos para construir uma boa carreira.

Contudo, a verdade é que um estudante, nos dias atuais, consegue encontrar qualquer conteúdo. Logo, se um jovem não precisa mais estar necessariamente em um ambiente de ensino para aprender conteúdos básicos para sobreviver ao dia a dia - como saber se comunicar, ler, fazer contas básicas etc.

A escola como ato social foi assim vista pela primeira vez pelo pedagogo Émile Durkheim, que defendia a postura social que a escola e a educação em si, devem permear. Apesar deste autor não ter desenvolvido modelos pedagógicos, suas ideias ajudaram a compreender o significado social do trabalho do professor, onde a educação escolar deixa de ser vista de forma individualista e sim através de uma perspectiva coletiva.

A escola emerge como uma instituição fundamental para a constituição do indivíduo e para ele próprio, da mesma forma como emerge para a evolução da sociedade e da própria humanidade. A escola como instituição social possui objetivos e metas, empregando e reelaborando os conhecimentos socialmente produzidos.

No mundo atual, a escola preocupada com o papel social tem que se preocupar com a formação do indivíduo enquanto cidadão e repensar a sua forma de ensinar os seus alunos devem mostra caminhos, bem como mostrar como procurar tais caminhos. A escola deve intermediar no processo de ensino- aprendizagem, deve dar suporte ao aluno para que construa suas próprias teias do conhecimento. Deve despertar no aluno, também a criatividade, a motivação pelo estudo, pelo

que ele representa na sociedade e que o estudo é umas das formas de reverter às desigualdades sociais.

É a escola o espaço, por excelência, da convivência dos contrários, do encontro e do confronto das diferenças individuais, sociais e culturais.

A gestão democrática da educação é cada vez mais exigida para que a escola cumpra sua função educativa. O crescimento desta exigência decorre da própria essencialidade do trabalho pedagógico e do contexto no qual a educação se realiza. (WITTMANN, 2007, p.11).

A escola é lugar de aprender conhecimentos, desenvolver capacidades intelectuais, sociais, afetivas, éticas, estéticas. Mas é também lugar de formação de competências para a participação na vida social, econômica e cultural. Vivendo a prática da participação dos órgãos deliberativos da escola, os pais, os professores, os alunos vão aprendendo a sentirem-se responsáveis pelas decisões que os afetam num âmbito mais amplo da sociedade.

O Projeto Político Pedagógico se constitui um projeto democrático que contempla as condições à realidade em que a escola está inserida, tem que se configurar como um projeto de solidariedade, onde a escola seja necessária socialmente, privilegiando o saber, o pensar, o ser humano num todo. O PPP é um projeto democrático por que todos os funcionários são chamados a participar de sua elaboração, execução e acompanhamento.

O projeto político pedagógico, ao se constituir em processo democrático, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão (VEIGA, 1998. p.13-14).

O Projeto Político Pedagógico é o espelho da participação coletiva na construção dos desejos maiores do grupo social. Ele é construído mediante uma conversa política entre cidadão participante de uma mesma relação social, com o objetivo comum convergente e, sobretudo, pela valorização do trabalho e da ação comunitária.

O Projeto Político Pedagógico define uma posição da escola no que se refere à melhoria do processo ensino versus aprendizagem. Ao conter o seu currículo básico e pleno, suas estratégias

de ensino para todas as disciplinas ou conjunto de disciplinas, seus recursos didáticos a serem utilizados, seus planos de avaliação, sua visão de mundo e de sociedade, afirma-se conteúdo de cidadania e pluralidade cultural, é um documento que abrange as diferentes perspectivas da escola e é através dele que se dá a organização do trabalho pedagógico escolar como um todo.

Nessa perspectiva, a escola tem a função social na formação do aluno enquanto cidadão é prepará-lo para a sociedade atual. Conectando o conhecimento com as vivências do aluno. Durante uma aula, por exemplo, o estudante tem a oportunidade de aprender algo enquanto se socializa com outros indivíduos de diversas idades, classes sociais, etnias, histórias, etc. Isso faz com que ele aprenda que, no mundo, existem diferenças entre as pessoas e que estas devem ser respeitadas.

Um dos papéis fundamentais da escola é preparar seus alunos para os desafios da vida. Mais do que preparar o estudante para a vida profissional, ela é responsável por desenvolver e exercitar as potencialidades físicas e socioemocionais deles.

Além disso, ao poder formar amizades que vão além de seus parentes e vizinhos, a criança consegue desenvolver qualidades importantes como generosidade, coletividade e empatia. Assim, um bom ambiente escolar instiga os alunos a conviverem socialmente entendendo que, para que as relações sejam saudáveis, é preciso exercer algumas práticas de socialização que vão além de regras incontestáveis e já preestabelecidas.

CAPÍTULO IV

4 TRATAMENTO E ANÁLISES DOS DADOS

A análise e a interpretação de dados em uma pesquisa são dois processos que estão estreitamente relacionados, o que dificulta precisar onde termina a etapa da análise e começa a da interpretação, pois esta última refere-se à relação entre os dados empíricos e a teoria.

Dada a natureza de nossa pesquisa, a pesquisa de campo, que combina o caráter quantitativo e qualitativo, cumpre-nos dizer que realizamos primeiramente, uma pesquisa bibliográfica, que serviu de base para a nossa revisão de literatura e elaboração do roteiro dos questionários que iriam ser aplicados aos colaboradores.

Em um segundo momento, foi realizada a coleta de dados, aplicando um questionário com oito (08) docentes e dez (10) alunos que problematizam sobre a avaliação como ferramenta de construção da aprendizagem no Ensino Fundamental II, da Escola Municipal São Francisco em Serra do Ramalho – Ba”.

Ademais, sobre as análises dos dados da pesquisa, o método materialista dialético, conforme disposto por Marx (2011), não ignora a relação existente entre sujeito investigador e objeto investigado. Ocorre que, para o método em questão, o sujeito investigador tem um papel essencialmente ativo na pesquisa, pois é ele quem deve manejar um conjunto de abstrações de ordem superior que se configura como instrumento de pesquisa essencial para a análise teórica do objeto em questão.

Nessa perspectiva, de posse das informações coletadas, realizamos a transcrição das informações de forma que se necessário fazer algumas colaborações para melhorar as interpretações dos leitores, de acordo com a norma culta e, posteriormente, foi feita a análise do material, a tabulação e à criação de gráficos e tabelas apresentadas nesta pesquisa.

Observamos na figura 01 abaixo, a sede da Escola Municipal São Francisco em Serra do Ramalho – Ba, onde os dados da pesquisa foram coletados e apreciados para entender melhor a realidade daquele espaço e como é organizada as avaliações e as práticas docente para uma educação de qualidade.

Figura 02 - Imagens da Escola Municipal São Francisco em Serra do Ramalho – Ba.



Fonte: Escola Municipal São Francisco (2019)

4.1 Dados quantitativos Escola Municipal São Francisco

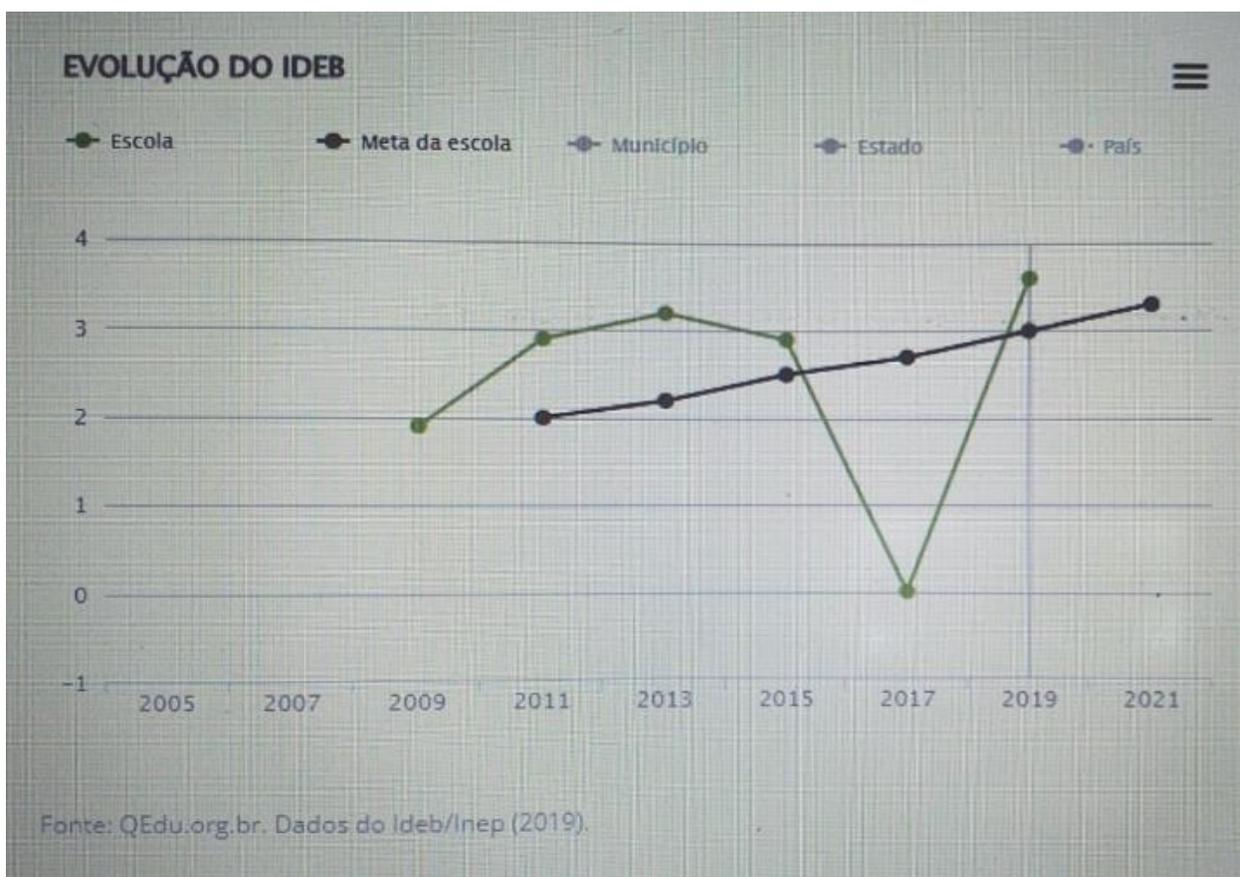
Para avaliar a aprendizagem na Escola São Francisco, analisamos o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o mesmo foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O IDEB é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

O IDEB agrega ao enfoque pedagógico das avaliações em larga escala a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de 0 a 10. A combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no SAEB, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade

de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

O índice também é importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica, que tem estabelecido, como meta para 2022, alcançar média 06 – valor que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável ao dos países desenvolvidos.

Figura 03 - Evolução do IDEB na Escola São Francisco



Fonte: Prova Brasil, INEP (2019)

A Escola São Francisco atingiu a nota no IDEB - 3,6 no ano de 2019, a meta foi superada, pois a nota mínima era 3,0. Para o ano de 2021, a meta da unidade escolar será de 3,3. Mas mostra um pequeno avanço educacional porque tem cumprido com o planejamento da unidade de ensino, mas ainda abaixo e precisa melhorar: Escolas que podem melhorar cresceram o IDEB e atingiram

a sua meta. Nesse sentido, a Escola São Francisco tem o desafio de manter o crescimento do índice para atingir as metas planejadas e superar o 6.0 que é a nota esperada pela educação brasileira.

Figura 04 - Evolução da aprendizagem na Escola São Francisco



Fonte: Prova Brasil, INEP (2019)

Ao analisarmos a evolução dos resultados pela Prova Brasil e compararmos a Escola São Francisco com os dados nacional, verificamos que melhoraram ao longo dos anos. Para cada competência e etapa escolar, entre os anos de 2017 a 2019. Porém, é uma média abaixo da nacional e a meta é igualar ns próximos anos.

4.2 Questionário com os Docentes do Ensino Fundamental II da Escola São Francisco

Para compreender as adaptações e desafios dos docentes para lecionar nesse período, optamos por priorizar neste trabalho, pela perspectiva dos docentes, ou seja, como os professores compreendem esta realidade. Assim, após tramitação e aprovação em Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE [NÚMERO SUPRIMIDO PARA AVALIAÇÃO]), convidamos os professores atuantes no Ensino Fundamental II da Escola São Francisco em Serra do Ramalho (Bahia), que são servidores concursados pela secretaria de educação do município. Para isso, os professores foram procurados

pelos pesquisadores, que ao explicaram os propósitos e métodos da pesquisa, tendo sido destacado que a participação seria livre e voluntária.

Para a coleta de dados, optamos pela utilização de um questionário, composto de perguntas fechadas, relacionadas aos objetos da pesquisa (A avaliação como ferramenta de construção da aprendizagem). Segundo Marconi e Lakatos (1999, p.100), “o questionário de perguntas fechadas é um instrumento composto de um conjunto de perguntas ordenadas de acordo com um critério predeterminado, que tem por objetivo coletar dados de um grupo de respondentes”. Este por sua vez, objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas e, a linguagem utilizada nesse instrumento deve ser simples e direta para que o questionado possa compreender e responder com clareza o que está sendo perguntado.

Para Gil (1999, p.128), afirma que o questionário pode ser definido,

Como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

Os questionários foram enviados por meio de uma plataforma de comunicação virtual (WhatsApp), com a escolha de oito (08) docentes do Ensino Fundamental II da unidade escolar São Francisco, apresentando diferentes respostas.

Para preservar as identidades dos integrantes da pesquisa, as respostas dos questionários fizeram-se uso de códigos, em substituição dos nomes dos participantes.

No Quadro 01, está exposto um breve perfil dos(as) entrevistados(as):

<i>NOME FICTICIO</i>	<i>FUNÇÃO</i>	<i>SEXO</i>	<i>VÍNCULO</i>	<i>ESCOLARIDADE</i>
PROFESSOR, P1	Docente	Masculino	Concursado	Mestre
PROFESSOR, P2	Docente	Feminino	Concursado	Pós-Graduada
PROFESSOR, P3	Docente	Feminino	Concursado	Mestra
PROFESSOR, P4	Docente	Feminino	Concursado	Pós-Graduada
PROFESSOR, P5	Docente	Feminino	Concursado	Pós-Graduada
PROFESSOR, P6	Docente	Feminino	Concursado	Pós-Graduada
PROFESSOR, P7	Docente	Feminino	Concursado	Pós-Graduada
PROFESSOR, P8	Docente	Feminino	Concursada	Graduação

Fonte: elaborado pelos autores.

A sistematização dos dados, de acordo com as categorias e na correlação com a literatura, permitiu a melhor compreensão sobre as ações dos docentes no que remete (a avaliação como

ferramenta de construção da aprendizagem). Nesse sentido, para alcançar esta compreensão, buscamos compreender o fenômeno sob vários aspectos. Inicialmente, buscamos verificar quais ações foram desenvolvidas pelos diferentes agentes envolvidos nos processos educacionais, principalmente em relação à prática avaliação e a prática pedagógica, o currículo e às relações espaço-temporais. Em um segundo momento, buscamos compreender quais as dificuldades enfrentadas em virtude das transformações que foram necessárias nos últimos anos.

Quando questionamos aos docentes *se a unidade escolar junto com a secretaria de educação oferece formação continuada para os docentes? Se sim, como tem ocorrido esse processo?* Responderam,

Sim, pelos coordenadores de área e outra por etapas em jornadas pedagógicas. (PROFESSOR, P1)

Sim. (PROFESSOR, P2)

Temos no município uma equipe de coordenadores na secretaria de educação, que também são professores do município, que nos auxiliam com sugestões por área de conhecimento. (PROFESSOR, P3)

Sim, a Secretaria de Educação tem oferecido formação continuada aos docentes. (PROFESSOR, P4)

Sim, a escola juntamente com a secretaria de educação fornece a cada 6 meses formação continuada. (PROFESSOR, P5)

Sim. Periodicamente temos encontros de formação continuada, as formações abordam temas variados de acordo com a necessidade do momento. (PROFESSOR, P6)

Sim. (PROFESSOR, P7)

A escola não, a Secretaria de Educação oferece os cursos ofertados pelo MEC dos quais tenha sido feita a adesão e os cursos formação pela escola que são relacionados ao FUNDEB. (PROFESSOR, P8)

Sobre a formação e a práxis pedagógica, Hoffmann (2003) ainda complementa essa interpretação que existem professores que até procuram novas formas que tragam inovações nas práticas avaliativas tradicionais no que concerne a conceitos e notas; buscam várias metodologias, mas não as compreende, daí então não serem capazes de entender como estas metodologias

avaliativas podem ser aplicadas no cotidiano escolar e se confrontam com uma sociedade que não compreende a importância de práticas de avaliação inovadora.

Observando esse viés enquanto prática pedagógica/metodológica, *perguntamos aos docentes sobre a visão pedagógica que o Professor do Ensino Fundamental II da Escola Municipal São Francisco tem sobre o processo de avaliar?*

Na minha opinião a maioria não valoriza todo o contexto quando vai avaliar o aluno e usa mais as notas que tiram nas avaliações que a evolução na aprendizagem do aluno. (PROFESSOR, P1)

Os professores da referida Escola, tem visto a avaliação como uma pratica que essencial na atuação de qualquer educador, tendo conhecimento que os tempos mudaram e com isso as formas de avaliação também. (PROFESSOR, P2)

Na minha concepção, avaliar é muito mais do que atribuir notas ao estudante, é acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem do educando, bem como, observar o desempenho pedagógico do educador, com isso, a prática avaliativa precisa constituir-se em um processo contínuo e diversificado, contribuindo para a formação da consciência cidadã. (PROFESSOR, P3)

Os professores veem a avaliação como um processo contínuo que só se faz sentido quando leva ao desenvolvimento do educando de acordo com Luckesi: Sendo assim, o professor procura avaliar aquilo que foi ensinado para depois fazer as intervenções caso necessário, para que o (a) aluno (a) possa adquirir os conhecimentos necessários para a sua formação. (PROFESSOR, P4)

A avaliação é um processo contínuo e deve ser flexível de acordo com a realidade de cada aluno, sempre qualitativa sobre o quantitativo. (PROFESSOR, P5)

A avaliação acontece de forma continua e processual, temos a visão de que o que precisa ser avaliado é o processo e não só o resultado final. (PROFESSOR, P6)

O professor se mostra com grande preocupação em cumprir o seu papel em sala de aula e tem um olhar amplo quanto a avaliação dos educandos como ser social, ou seja, sujeito de seu próprio desenvolvimento, visto que a avaliação não acontece por experiências isolados ou fragmentados, ela acontece de forma continua. (PROFESSOR, P7)

A forma de avaliar na escola em questão esta pautada numa avaliação classificatória e quantitativa, ainda que alguns aspectos qualitativos sejam considerados no final o quantitativo prevalece. (PROFESSOR, P8)

O Ministério da Educação (MEC) instituiu um indicador do Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), obtidos em provas nacionais, com a finalidade de reunir e expressar dados

relacionados à aprendizagem como os de aprovação, reprovação e evasão, medidos pelo Censo Escolar. Sempre que os resultados das avaliações nacionais são divulgados, professores e alguns segmentos da sociedade são tomados pela preocupação, mas quase nada é feito, em termos sistemáticos, envolvendo sociedade civil e Estado, para melhorar esses dados. Referir-se à avaliação da aprendizagem significa uma alusão a todo o conjunto de procedimentos, a partir da elaboração das questões a serem avaliadas caminhando para a análise dos resultados aferidos. Para saber sobre a avaliação aplicada pelo Professor do Ensino Fundamental II da Escola Municipal São Francisco está contribuindo na aprendizagem do aluno, disseram:

Na maioria dos casos não, pois como já havia dito não se avalia a evolução da aprendizagem visam mais as notas que adquire nas avaliações. (PROFESSOR, P1)

Sim, uma vez que a mesmo serve para diagnosticar a situação de aprendizagem e ao mesmo tempo, verificar o quanto do objeto de conhecimento foi absorvido pelo o educando, bem como aferir se eles estão conseguindo acompanhar os conteúdos. (PROFESSOR, P2)

Os professores são agentes fundamentais no processo ensino-aprendizagem e devem posicionar-se diante da avaliação de aprendizagem. O aluno também é um agente ativo no processo avaliativo, portanto, possui algumas responsabilidades, que devem ser observadas, para que as aprendizagens ocorram de maneira satisfatória. Eles precisam participar dos processos de aprendizagem, utilizando os instrumentos de avaliação, como uma forma de perceberem como seus conhecimentos estão sendo construídos, realizando todas as atividades que lhes forem propostas, demonstrando interesse e buscando novas atividades, por iniciativa própria, que levem à aprendizagem. (PROFESSOR, P3)

Em parte sim, os professores tem se confrontado com algumas dificuldades para ensinar e avaliar durante esse período de pandemia. (PROFESSOR, P4)

Sim, porque cada vez que o professor avalia ele está observando o rendimento do ensino aprendizagem do aluno. (PROFESSOR, P5)

Sim. Por ser uma avaliação processual busca-se suprir as necessidades de aprendizagem dos alunos por meio de diferentes metodologias. (PROFESSOR, P6)

A avaliação reflete uma análise dos resultados obtidos até aquele momento e Poderá contribuir para melhorar a aprendizagem dos educandos. (PROFESSOR, P7)

Sim, mas poderíamos melhorar se soubéssemos usar os resultados no planejamento de intervenções que sanassem as lacunas e considerasse as individualidades de cada estudante. (PROFESSOR, P8)

A questão da aprendizagem, conforme diz Luckesi (1984), as notas são comumente usadas para fundamentar necessidades de classificação de alunos, dentro de um continuum de posições, onde a maior ênfase é dada à comparação de desempenhos e não aos objetivos instrucionais que se deseja atingir. O aluno é classificado como inferior, médio ou superior quanto ao seu desempenho e muitas vezes fica preso a esse estigma, não conseguindo desvelar seu potencial. Nessa análise, investigamos aos docentes se a avaliação constrói de fato a aprendizagem, responderam:

Na verdade, não se tem esse trabalho no geral em todas as escolas. O que se tem é, uma cobrança que vem da secretaria de educação, que chega a direção da escola e que a direção repassa para os professores, que tem que dar um jeito de melhorar as notas dos alunos de alguma forma (sem muita preocupação com a aprendizagem em si). (PROFESSOR, P1)

Sim. Pois o mesmo é feito por todos os envolvidos na educação {alunos, pais, professores e coordenador...} possibilitando assim, perceber as necessidades nesse processo avaliativo. (PROFESSOR, P2)

A proposta de avaliação da instituição tem como objetivo orientar, comparar, e instigar o aluno a buscar a construção do seu próprio conhecimento. Através do qual, professor e aluno, analisam, com segurança, o desempenho um do outro. Dessa forma, a instituição oportuniza uma reflexão sobre o saber e o fazer pedagógico, em busca da construção e reconstrução do conhecimento. (PROFESSOR, P3)

A escola tenta estabelecer um diálogo junto aos professores com o intuito de trabalhar de forma coletiva, com o objetivo de utilizar o processo de avaliação como um meio de tentar como o aluno se encontra naquele momento em que a avaliação ocorre, assim a escola pode estabelecer ferramentas adequadas para que possibilite ao aluno efetivar sua aprendizagem. (PROFESSOR, P4)

Através de avaliações, atividades, roda de conversas, questionários, pesquisas, relatórios, auto avaliação, produção textual e etc. (PROFESSOR, P5)

Durante o planejamento semanal a coordenadora pedagógica juntamente com os professores traça estratégias a fim de recuperar a aprendizagem do aluno. (PROFESSOR, P6)

A discussão sobre avaliação está diretamente ligada ao processo de ensino aprendizagem, ou seja, a prática pedagógica do professor, contudo ainda há

professores que veem esse processo de forma um tanto quanto ultrapassada, onde o professor ensina e os alunos aprendem. (PROFESSOR, P7)

De maneira tradicional, sem alterações significativas no decorrer do tempo, ainda não conseguimos usar a avaliação como ferramenta que favoreça o planejamento de futuras ações. (PROFESSOR, P8)

Sobre o processo avaliativo, Lima (1996) afirma que, para a avaliação servir para democratização de ensino, devemos modificar a sua utilização de classificatória para diagnóstica. Ou seja, a avaliação deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista o avanço no seu processo de desenvolvimento cognitivo.

Já no que concerne ao Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, o mesmo contempla o necessário na avaliação da aprendizagem dos alunos no Ensino Fundamental II? Os docentes disseram,

Sim, ele é muito bem elaborado. Mas nem sempre o professor consegue adaptar o projeto com as necessidades das partes envolvidas. (PROFESSOR, P1)

Sim. Pois o mesmo é feito por todos os envolvidos na educação {alunos, pais, professores e coordenador...} possibilitando assim, perceber as necessidades nesse processo avaliativo. (PROFESSOR, P2)

O caráter educativo precisa estar presente na avaliação, precisa constituir-se como um elemento de formação. O aluno deve aprender alguma coisa, ao ser avaliado; a avaliação deve permitir-lhe firmar suas aquisições. Ela deve ajudar o aluno a avançar e estimulá-lo, além de oferecer os meios para que o aluno supere suas eventuais dificuldades. O objetivo principal de um projeto pedagógico é o de proporcionar aprendizagens, portanto, a avaliação escolar deve existir a serviço da construção de aprendizagens. (PROFESSOR, P3)

Sim, porém na prática é mais complexo aplicar todos os requisitos necessários para que o (a) professor (a) possa aplicar a avaliação de forma efetiva, sabemos que o professor se confronta com alguns obstáculos no chão da escola. (PROFESSOR, P4)

Sim. (PROFESSOR, P5)

O Projeto Político Pedagógico da unidade escolar está passando por um processo de reformulação para que alguns pontos específicos sejam aperfeiçoados e a avaliação é um ponto a ser melhorado. (PROFESSOR, P6,)

O Projeto Político Pedagógico é um documento que possui grande importância no contexto educacional, pois, norteia as práticas e metodologias a serem usadas na escola. O PPP é construído com a participação de toda comunidade escolar, neste documento contém a proposta pedagógica, as diretrizes adotadas pela instituição, bem como os métodos de ensino. (PROFESSOR, P7)

Diante da realidade a qual a avaliação vem sendo aplicada, sim. (PROFESSOR, P8)

Segundo Perrenoud (2000), normalmente, define-se o fracasso escolar como a consequência de dificuldades de aprendizagem e como expressão de uma “falta objetiva” de conhecimentos e de competências. Esta visão, impede a compreensão de que ele resulta de formas e de normas de excelência que foram instituídas pela escola, cuja execução revela algumas arbitrariedades. As formas de excelência que a escola valoriza, se tornam critérios e categorias que incidem sobre a aprovação ou reprovação do aluno.

Quando se discute a educação em um ambiente escolar, precisa problematizar na sua totalidade e na práxis mediadora do docente. Nesse propósito, investigamos dos professores da Escola São Francisco o que pode ser implementado no currículo e no PPP da escola quanto a avaliação?

Exemplificar as ideias e não apenas teorias, para que o professor tenha uma base de como melhorar seu trabalho e avaliar melhor seus alunos (PROFESSOR, P1)

palestras voltadas principalmente para avaliação, pois a cada momento deparamos com diversidades sociais, culturais etc. (PROFESSOR, P2)

A avaliação formativa que possibilita aos professores acompanhar as aprendizagens dos alunos, ajudando-os no seu percurso escolar. É uma modalidade de avaliação fundamentada no diálogo, que possui como objetivo, o reajuste constante do processo de ensino. Exige muito envolvimento por parte do professor; exige-lhe uma disponibilidade de tempo, que vai além do dispensado no momento das aulas, pois entre suas atividades, passa a ser necessária, a construção de um registro sobre cada aluno e a atualização desse registro, sempre que novos dados surgirem. É fundamental planejar, diariamente, as atividades que serão desenvolvidas pelos alunos e elaborar estratégias individualizadas. (PROFESSOR, P3)

Um plano de ação que busque desenvolver um diálogo aberto com as famílias dos educandos, dessa forma a escola pode conhecer melhor esse aluno, suas vivências, o que vai contribuir para que o professor venha avaliar esse aluno com um olhar coletivo, mas também com um olhar individual de acordo com as particularidades de cada um. (PROFESSOR, P4)

Acrescentar alguns projetos sobre segurança de trânsito. (PROFESSOR, P5)

Ainda é necessário que se desmistifiquei a visão que se tem de avaliação, tanto por parte dos docentes quanto dos discentes, a avaliação não deve ser uma medida de conhecimento apenas para obtenção de notas, a avaliação deve ser vista como um mecanismo de aperfeiçoamento do processo de ensino aprendizagem. (PROFESSOR, P6)

A avaliação acontece de forma continua, ou seja, constantemente, diariamente. (PROFESSOR, P7)

Precisamos discutir e repensar o ato de avaliar e maneiras de usar essa ferramenta para avançar na aprendizagem dos estudantes e assegurar que as mudanças estejam contempladas no PPP da escola e no Referencial curricular. (PROFESSOR, P8)

Nas análises apresentadas pelos professores, abordam que o PPP é um documento que possui uma grande importância no contexto educacional e no ambiente escolar. Norteador das práticas e metodologias escolares, o PPP deve ser elaborado de maneira colaborativa, com a participação de todos os membros da unidade de ensino e a comunidade em geral.

A escola atualmente, constitui uma prática avaliativa que impulse a construção de uma aprendizagem verdadeiramente significativa?

Não maioria das vezes não, pois as práticas de ensino são mais voltadas para o tradicional. Mas têm alguns casos que buscam e consegue grandes êxitos no ensino dos alunos. (PROFESSOR, P1)

Sim, as práticas avaliativas, tiveram de ser adaptadas, pois a forma de aplicar os objetos de conhecimentos passaram de presenciais para remotas. (PROFESSOR, P2)

Sim. (PROFESSOR, P3)

A escola vem tendo dificuldade para proporcionar ao aluno uma avaliação que impulse a construção de uma aprendizagem verdadeiramente significativa, pois é difícil com as transformações e mudanças atuais. (PROFESSOR, P4)

Sim. (PROFESSOR, P5)

Avaliar voltado para o processo e não apenas o resultado, exige mais esforço e dedicação por parte dos docentes, apesar dessa exigência a escola tem buscado por meio de um trabalho coletivo fazer uso do processo avaliativo que tem como principal objetivo a aprendizagem do aluno. (PROFESSOR, P6)

Apresenta-se como um tema que provoca reflexões constantes, constitui-se como fonte inesgotável de angústia e buscas constantes para obter melhores resultados, ou seja, é um desafio. (PROFESSOR, P7)

Ainda não estamos verdadeiramente impulsionando a aprendizagem considerando a avaliação como instrumento capaz de alavancar a aprendizagem dos alunos. (PROFESSOR, P8)

A escola certamente determina as relações internas, inclusive o acolhimento, e do diálogo. No entanto haja desenvolvimento e melhoria na escola “as escolas necessitam de líderes capazes de trabalhar e facilitar na resolução de problemas em grupos, capazes de trabalhar junto com educadores e colegas ajudando-os a identificar suas necessidades de capacitação e adquiria as habilidades necessárias” (LUCK et al, 2000, p. 34). Para que isto ocorra o gestor escolar precisa agir como um mediador do trabalho e incluir sua equipe escolar para promover a transformação e o rompimento de paradigmas já existentes numa sociedade que vive em constantes modificações.

Com as transformações existentes no ambiente escolar, avaliar exige do professor o domínio de conhecimentos de técnicas adequadas, a utilização de critérios claros e objetivos explicitados entre os sujeitos envolvidos no processo ensino e aprendizagem? Como explica essa situação?

Se tem uma coisa difícil de se fazer na vida e avaliar. Passaremos nossa vida inteira como professor procurando a melhor forma e nem sempre vamos achar, e mesmo se achar não vais contemplar toda turma ou grupo terá sempre alguns que não vai ser bem avaliado em um determinado método de avaliação. (PROFESSOR, P1)

Sim, o professor precisa ter conhecimento da forma em que será aplicada a avaliação, conhecer o grau de aprendizado de cada um dos seus alunos para melhor elaborar a ferramenta avaliativa que será aplicada em sala de aula. (PROFESSOR, P2)

Avaliar é um processo contínuo e sistemático que visa o processo de quem está sendo avaliado no domínio dos seus conhecimentos e no desenvolvimento de habilidades e atitudes exigidas pela formação científica e o exercício profissional. (PROFESSOR, P3)

Não se pode ensinar aquilo que não se sabe, é preciso que o professor se aproprie dos conhecimentos, das técnicas necessárias para que o mesmo possa desempenhar seu papel com eficiência e competência, o que vai repercutir na aprendizagem dos sujeitos envolvidos no processo. (PROFESSOR, P4, 2019)

Sim. (PROFESSOR, P5)

Sabemos que o planejamento do professor deve ser flexível, o mesmo acontece com o processo de avaliação o professor deve lançar mão de todos os critérios possíveis para avaliar no nível de aprendizagem do aluno, não deve ficar preso apenas a um ou dois critérios, mais em diversos a fim de que todas as possibilidades sejam esgotadas, tendo em vista que o aluno é um ser único cheio de especificidades sendo assim os critérios de avaliação não deve ser único. (PROFESSOR, P6)

A avaliação é vista como um compromisso coletivo de forma que permita um melhoramento no processo de ensino aprendizagem, que este aconteça de forma significativa. (PROFESSOR, P7)

A avaliação é algo constante no ambiente escolar, faz parte do processo de ensino e aprendizagem e precisamos estar preparados para esse momento. (PROFESSOR, P8)

Sobre a avaliação e a função da escola Para Leite (1999) é ensinar, transmitir valores e traços da história e da cultura de uma sociedade. A função da escola é permitir que o aluno tenha visões diferenciadas de mundo e de vida, de trabalho e de produção, de novas interpretações de realidade, sem, contudo, perder aquilo que lhe é próprio, aquilo que lhe é identificador. (LEITE, 1999, p. 99).

Nesse tocante, a aprendizagem do aluno não deve ser o ponto de chegada, mas uma oportunidade de parar e observar se a caminhada está ocorrendo com a qualidade previamente estabelecida, como o professor ver isso?

Todo bom professor gosta de ver seus alunos com boas notas e que essas notas sejam reflexos dos seus conhecimentos durante determinado período, e que seus conhecimentos não fiquem só na escola que ele leve e desenvolva para sua vida. (PROFESSOR, P1)

Essa situação é vista como um momento de melhoria de sua prática, uma vez que a avaliação não serve somente para diagnosticar o grau de aprendizado do aluno, mas também para observar se os métodos utilizados estão alcançando os objetivos almejados. (PROFESSOR, P2)

No processo avaliativo na escola, podemos concluir que, numa visão de construção do conhecimento, através do erro, o aluno poderá trilhar outros caminhos, e desta forma, outras descobertas e aprendizagens. (PROFESSOR, P3)

O professor ver a aprendizagem do aluno como um processo, sendo assim, faz-se necessário refletir sobre a “práxis”, observando assim como está ocorrendo a

aprendizagem do aluno e fazendo as intervenções necessárias. (PROFESSOR, P4)

Concordo, o professor deve estar atento ao processo de ensino aprendizagem do aluno, sempre instigando-os para novas descobertas. (PROFESSOR, P5)

Acredito que a avaliação é mais para orientar o trabalho docente, do que mesmo medir a aprendizagem do aluno, por meio do processo avaliativo o professor pode criar novas metodologias que venham atender as necessidades de aprendizagem do aluno, ressinificando o trabalho docente. (PROFESSOR, P6)

Como algo que deve ser aprimorado a cada dia, pois a aprendizagem não deve ser vista como algo que classifica ou discrimina o aluno, mas sim como etapas a serem conquistadas e avançadas. (PROFESSOR, P7)

A educação do aluno acontece de forma contínua. O professor precisa necessariamente acompanhar de perto para sempre intervir quando for necessário. (PROFESSOR, P8)

Brandão (1983) ressalta a valorização da escola e da vida comunitária na aprendizagem do aluno, associando-as às práticas educacionais que remetem a situação de trabalho, convivência, transcendência; a dimensão do coletivo, do fazer/aprender junto; do saber compartilhado através de trocas afetivas, simbólicas e materiais.

Quando se discute os metodologias e técnicas de avaliar, *procuramos os docentes quais os tipos de avaliações que os docentes mais gostam de fazer no ambiente escolar?* Responderam:

Questões escritas e objetivas. (PROFESSOR, P1)

Avaliação processual. (PROFESSOR, P2)

O uso de registros e anotações dos fatos e atividades realizadas no cotidiano do exercício profissional e permite a consulta posterior, ou seja, é uma fonte onde através das informações registradas e analisadas da auto avaliação meio pelo qual acredito seja possível uma reflexão sobre a prática para novas ações. (PROFESSOR, P3)

Avaliação diagnóstica, avaliação comparativa, entre outras. (PROFESSOR, P4)

Atividade avaliativa, questionários, auto avaliação, relatórios, pesquisas e atividades práticas. (PROFESSOR, P5)

Com adesão de novas correntes teóricas os professores da atualidade têm buscado várias ferramentas que lhe sirva como critério de avaliação, em sua

maioria houve o desapego das avaliações objetivas e mecânicas. (PROFESSOR, P6)

Auto-avaliação, escritas, através da oralidade, participação e etc. (PROFESSOR, P7)

Avaliações objetivas e escritas (PROFESSOR, P8)

4.3 Questionário com os Discentes do Ensino Fundamental II da Escola São Francisco

Para a realização da pesquisa com os/as estudantes sobre (A avaliação como ferramenta de construção da aprendizagem), os questionários foram enviados para dez (10) estudantes por meio de uma plataforma de comunicação virtual (WhatsApp), alunos que estudam no Ensino Fundamental II da unidade escolar São Francisco, apresentando diferentes respostas no questionário. Importante destacar que a escolha dos sujeitos da pesquisa (10 estudantes), se deu mediante a necessidade de chegar as respostas concretas nos questionamentos do decorrer da pesquisa.

Assim, em um movimento de fluxos recursivos entre o referencial teórico, os objetivos e os dados coletados, as informações coletadas pelos estudantes, foram organizados no quadro abaixo, e posteriormente, descritivas em textos.

Quadro – 01: Perguntas sobre a avaliação como ferramenta de construção da aprendizagem

QUESTIONAMENTO	NOME FICTÍCIO	SEXO	RESPOSTAS
<i>O que vocês entendem por avaliação?</i>	Aluno, A1	Feminino	É uma forma de avaliar o conhecimento dos alunos.
<i>O que vocês entendem por avaliação?</i>	Aluno, A2	Feminino	É uma forma do professor verificar o aprendizado.
<i>O que vocês entendem por avaliação?</i>	Aluno, A3	Feminino	Entendo que a avaliação é como se fosse um preparo para provas mais específicas.
<i>O que vocês entendem por avaliação?</i>	Aluno, A4	Feminino	É pra testar seus conhecimentos, pra saber o que você sabe, para ensinar o que você ainda não sabe.
<i>O que vocês entendem por avaliação?</i>	Aluno, A5	Feminino	É pra testar seus conhecimentos, pra saber o que você sabe, para ensinar o que você ainda não sabe.
<i>O que vocês entendem por avaliação?</i>	Aluno, A6	Masculino	Pra verificar a compreensão dos conteúdos.
<i>O que vocês entendem por avaliação?</i>	Aluno, A7	Feminino	Verificar se os alunos estão aprendendo os conteúdos.
<i>O que vocês entendem por avaliação?</i>	Aluno, A8	Feminino	Entendo se estou evoluindo ou não.

<i>O que vocês entendem por avaliação?</i>	Aluno, A9	Masculino	É um método utilizado para avaliar o conhecimento do aluno.
<i>O que vocês entendem por avaliação?</i>	Aluno, A10	Feminino	e uma forma q os professores usam para avaliar o aprendizado do aluno.

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Ao questionarmos os alunos sobre o processo de avaliação da aprendizagem com o uso das atividades, se os docentes avaliam o desempenho com responsabilidade e ética, responderam?

- Todos os/as dez (10) estudantes responderam, sim.

Ao analisarmos sobre a avaliação das notas apresentadas pelos docentes nas atividades, pode apresentar em algum momento erros?

- Todos os/as dez (10) estudantes responderam, não.

Sabemos das demandas e cargas horárias excessivas dos professores. *Nesse sentido, perguntamos aos alunos se acontece dos docentes fazer as correções das avaliações de provas e atividades na sala de aula?*

- Sete (07) alunos responderam, sim. Dois (02) alunos responder, Alguns sim, para adiantar o processo. Um (01) aluno respondeu, não.

Ao perguntar os/as dez (10) estudantes sobre a avaliação se é importante e fundamental para o processo de ensino e aprendizagem? Responderam,

- Todos os/as dez (10) estudantes responderam, sim.

Ao argumentarmos sobre quais os tipos de avaliações que os professores mais gostam de fazer no Ensino Fundamental II? Responderam o seguinte:

- Avaliação formativa (ALUNO, A1); Descritivas e alternativas (ALUNO, A2); De conteúdos passados e atuais (ALUNO, A3); Provas (ALUNO, A4); Provas (ALUNO, A5); Escritas (ALUNO, A6); Escritas (ALUNO, A7); Escritas (ALUNO, A8); Dissertativas, objetivas e apresentações (ALUNO, A9); Descritivas e alternativas (ALUNO, A10).

Diante da realidade atual e as mudanças no sistema da educação brasileira, *questionamos os/as estudantes se os professores precisam melhorar a forma das avaliações para a construção da aprendizagem? Responderam o seguinte:*

- Seis (06) responderam que não precisa melhorar a forma de avaliar e quatro (04) disseram que é necessário, sim, mudar as formas de avaliações para inovar a forma pedagógica e metodológica.

E por fim, deixamos aberto a seguinte pergunta: *Vocês estudantes têm algum recado ou sugestão na forma do professor ensinar/lecionar?* Responderam,

- Seis (06) responderam que não e quatro (04) disseram o seguinte: “Imagino que o bom professor é aquele faz o aluno ficar instigado, que faz o aluno questionar e conseqüentemente fazer com que ele aprenda de verdade” (ALUNO, A9,); “Sim, mais detalhadamente” (ALUNO, A8,); “Sim, de forma mais dinâmica” (ALUNO, A7,); “Sim, mais detalhadamente” (ALUNO, A4,).

Ao observar os questionamentos dos alunos da Escola São Francisco do Ensino Fundamental II, sobre a forma de lecionar/avaliar, utilizar as variáveis formas pedagógicas dos professores, de acordo com Gadotti (1990) afirma que a avaliação é essencial à educação, inerente e indissociável concebida como problematização, questionamento, reflexão, sobre a ação. Ela se faz necessária para que possamos refletir questionar e transformar nossas ações.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que a avaliação é um parâmetro para o professor sobre o seu trabalho. Identificando como está o desenvolvimento do aluno. Na verdade, a avaliação não é do aluno, mas do professor. O professor precisa da avaliação como um guia de suas ações educativas. A avaliação em seu sentido mais comum é um referencial. Mas não é a única forma de avaliar o trabalho do professor.

Assim sendo, os professores da Escola São Francisco, devem refletir diariamente em sua prática pedagógica para que a educação e a construção do conhecimento sejam eficazes. Pensar naquilo que foi e não foi eficaz e o que poderia ter sido feito em uma dada situação. Toda avaliação é um diálogo entre professor e estudante, portanto um diálogo entre ímpares. Toda forma de avaliação implica uma resposta por parte dos alunos em termos de consideração de si e de contra-avaliação sobre o docente.

4.4 O Projeto Político Pedagógico na Escola São Francisco

O Projeto Político Pedagógico é um documento construído de forma democrática, dialógica e compartilhada pelos membros que compõem a comunidade escolar. Para tanto, esse projeto deve conter elementos que permitam propiciar o resultado esperado na sua aplicação.

Nesse sentido, apresentamos nessa temática os elementos essenciais do PPP na unidade escolar, no que remete a temática sobre o sistema de avaliação como ferramenta de construção da aprendizagem no Ensino Fundamental II da Escola Municipal São Francisco em Serra do Ramalho – Ba, se faz necessário conhecer numa totalidade de como procedeu os anseios e as realidades dos educadores, as famílias e comunidade geral inseridos nesse espaço para um PPP democrático.

Assim sendo, para as análises desse documento que norteia o caminho da escola, essa pesquisa se baseia pelo método do Materialismo Histórico Dialético – MHD, onde se conceitua a aplicação dos princípios do materialismo dialético ao estudo da realidade local, aos fenômenos da vida na sociedade, ao estudo desta e de sua história. Dentro dessa perspectiva, Marx diz: "Não é a consciência do homem que determina a sua existência, mas, ao contrário, sua existência social é que determina a sua consciência"(MARX, 1978).

Sobre o PPP na Escola São Francisco, na análise documental um pesquisador utiliza documentos objetivando buscar informações e usar técnicas apropriadas para o manuseio e análise. Alguns procedimentos são necessários, tais como a organização das informações a serem categorizadas e, posteriormente, analisadas, e a elaboração de sínteses, ou seja, a realidade, as ações dos investigadores – cujos objetos são documentos.

Percebe-se que dois momentos e espaços importantes para o fomento da gestão democrática devem ser explorados: o do planejamento coletivo do projeto pedagógico e o da criação dos conselhos escolares, não apenas no processo de sua elaboração, mas, principalmente, durante as outras etapas posteriores, como execução e avaliação. O artigo 14, portanto, é para os gestores um forte indicativo de que está garantida a autonomia necessária de que eles precisam para implementar em suas redes uma gestão cada vez mais democrática e participativa.

Por sua vez, o atual O Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024), tem como uma de suas diretrizes a promoção do princípio da gestão democrática da educação pública, conforme está definido em seu Art. 2º, inc. VI, remetendo, assim, a regulamentação desse tema aos estados, municípios e Distrito Federal, ao mesmo tempo em que recomenda no seu art. 9º e na forma abaixo que:

Os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão aprovar leis específicas para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de dois anos contado da

publicação desta lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade. (BRASIL, 2014, p. 46)

Ressalte-se que o disposto nesse artigo já é matéria que consta na Constituição de 1988 e na LDB de 1996. Portanto, o fato de essa recomendação estar sendo editada no PNE atual pode representar que alguns estados e municípios nada ou pouco avançaram, necessitando serem realizados os devidos ajustamentos e adaptações para o encaminhamento da matéria.

Insistindo na ideia de que a melhoria da qualidade da educação é viável através da gestão democrática, damos destaque a duas metas do PNE que tratam da gestão democrática. Referimo-nos às Metas nº 7 e nº 19. Na Meta 7, o PNE propõe “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB”, e para isso, apresenta a Estratégia nº 7.16, cuja ação é,

Apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática. (BRASIL, 2014, p. 64)

Um outro destaque importante está na Meta 19, em suas estratégias bem definidas, abrange aspectos importantes da realidade educacional e escolar do país que dificultam e são resistentes a mudanças e reformas para a melhoria de qualidade da educação. São problemas históricos que os gestores do sistema educacional precisam enfrentar, como a inexistência de legislação que regulamente a questão; a falta de formação de conselheiros para acompanhamento e controle social; a inexistência de instâncias como os Fóruns Permanentes de Educação; a falta de estímulo à constituição e ao fortalecimento de grêmios e associação de pais, mestres e comunitários; a falta de estímulos à constituição e ao fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação; a falta de estímulo à participação e à consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos PPP, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares; a falta de garantia de que os pais possam participar das avaliações de docentes e gestores; a falta de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nas escolas; a escassez de programas de formação de gestores escolares; a não aplicação da prova nacional específica com o objetivo de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento de cargos.

Todo esse conjunto de situações, se não for enfrentado de forma sistemática, condiciona à manutenção dessa realidade ou implica resultados insatisfatórios das políticas educacionais, bem como ineficiência dos PNE e de tantos outros planos, projetos e programas educacionais. Não é por acaso que se constatam a cada década de vigência dos PNE poucos avanços na efetivação de suas metas.

Diante do contexto atual, há muito o que se concretizar até 2024, ano em que expira a vigência do atual PNE, basta vermos o resultado obtido através do Questionário do Diretor, aplicado pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) – Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC) /Prova Brasil, da pesquisa realizada pelo Inep, do IBGE e da Capes, disponível na data da promulgação da Lei do PNE, em 25 de junho de 2014. Segundo o relatório dessa pesquisa, o processo misto de seleção e eleição para a ocupação do cargo de direção escolar só era adotado por 12,2% dos estabelecimentos de ensino em 2013 (BRASIL, 2015, p. 320).

Passando a apresentar parte do PPP da escola municipal de São Francisco, onde o mesmo foi disponibilizando pela direção, para que o pesquisador possa fazer as análises do documento e o tratamento das informações com criticidade. Ressaltando que o PPP da unidade escolar, foi atualizado de acordo foi identificado pela pesquisadora nas fontes investigadas.

Caracterização da escola/justificativa

A Escola São Francisco, situada na rua T n° 3.395, Agrovila 02, Serra do Ramalho -BA. Foi inaugurada dia 1° de abril de 1977, sendo aberta com cinco salas, dois sanitários, uma cantina, um almoxarifado, uma sala para professores/as, uma sala para diretoria e um pátio. Funcionando com ensino infantil, ensino fundamental de 1ª à 4ª série e o Mobral (educação de jovens e adultos).

Com 260 alunos/as, em três turnos. Durante o mesmo ano houve a convocação dos/as moradores/as para escolher o nome da escola, o qual foi registrado por grupo escolar São Francisco, em homenagem ao padroeiro desta comunidade.

Para atender às necessidades da comunidade foi implantada em 1985 o ensino fundamental de 5ª a 8ª séries, com a extensão da escola Castro Alves da Agrovila 09, deste Município. Em 1997 com a Lei 077/97 de 30 de abril do mesmo ano foi aprovada a independência da escola São Francisco da extensão Castro Alves.

Apresentamos uma imagem representativa do escudo da Escola São Francisco abaixo, para sistematizar a independência da unidade escolar.

Figura 05 - Imagem ilustrativa da Escola São Francisco



Fonte: Escola São Francisco (2019)

Mais uma vez a escola São Francisco entende sua modalidade de ensino. A partir de 1999, implantou-se o segundo grau com extensão de colégio Castro Alves com os cursos de formação geral Magistério. Entretanto com a nova lei LDB o segundo grau passou a ser responsabilidade estadual e no ano de 2002 a escola teve que extinguir o curso de magistério e oferece apenas o curso de formação geral noturno. Atualmente a escola atende a educação básica.

Durante toda essa temporada de atividades escolar procurou se trabalhar atividades voltadas para o desenvolvimento cognitivo e social do aluno em consonância com a comunidade. Tendo em vista a nossa prática pedagógica está norteada pela pedagogia libertadora devido à formação superior dos docentes favorecer a essa educação.

Assim, a educação já deu um salto significativo a gestão democrática pela eleição com os seguimentos de pais, e pessoais de apoio para escola da gestão. Com isso fortalecemos a democracia uma vez que as tomadas de decisões são coletivas e todos os membros sentem-se parte dela.

A construção do Projeto Político Pedagógico, seu posto como atividade escolar da Rede UNEB-2000, tornou-se um instrumento fundamental no apoio a educação de Serra do Ramalho, oferecendo as escolas maior autonomia e abertura para realização de experiências inovadoras. Esse documento é de fundamental importância para orientar o fazer pedagógico, porém sua análise e reavaliação só veio à tona com a provocação da Secretaria de Educação no ano de 2017.

A primeira versão de projeto político pedagógico dessa entidade escolar a partir da iniciativa dos professores e alunos da Rede UNEB, que abre uma discussão sobre a atual situação dessa escola, onde todo o corpo docente está aberto para futuras propostas. Em que no primeiro momento houve na escola um seminário onde discutimos com a comunidade escolar os seguintes temas: avaliação, gestão, democracia, tendências pedagógicas e o projeto político pedagógico. No segundo momento, houve uma reunião com a comunidade escolar e extraescolar (pais, alunos/as, representantes das igrejas, líderes de associação).

Mediante o seminário e reunião, percebemos que os docentes atuantes nas seguintes modalidades de ensino infantil, fundamental e médio, encontram-se em dificuldade de trabalhar interdisciplinarmente e, a metodologia está descomplexo contextualizada da realidade do/a aluno/a, leitura decodificada. As relações interpessoais da escola afetadas por falta de comunicação entre o corpo administrativo e os docentes. Falta maior entrosamento da comunidade nas questões escolares, o índice de reprovação nas séries iniciais é significativo, nota-se a falta de atividades esportivas no ambiente escolar.

Convém lembrar que é de fundamental importância uma reforma geral ao ambiente escolar como: jornalões nas salas de aula, iluminação (mudança de transformador), banheiros, cozinha, sala para professores, sala de áudio e vídeo, construção do muro e uma quadra poliesportiva. Discutimos ainda necessidade de uma horta escolar e uma biblioteca para melhor atender a demanda da comunidade escolar e extraescolar.

Na tentativa de alcançar essas metas percebemos que o PPP é a mola do dinamismo se tornando um instrumento de ação, transformação o qual levará o/a educador/a refletir sobre um trabalho voltado para a inclusão social, abolindo todas as formas, de preconceito social, portanto a interdisciplinaridade é um fator primordial para um ensino de qualidade.

Nota-se que a avaliação desta instituição está direcionada para o rendimento escolar. Mas a partir da construção deste PPP, propomos a avaliação da aprendizagem, a qual terá como recuperação paralela ao processo.

Esperamos que ao trabalhar com a metodologia interdisciplinar e avaliação da aprendizagem a Escola São Francisco possa recuperar seu papel não somente como instrumento de formação, mas também revise sua prática pedagógica, a avaliação enquanto processo contínuo sistemático, qualitativo e com progressão continuada, relação estreita entre escola e comunidade. No interesse de formar cidadãos politizados essa parceria (escola/ comunidade) vêm contribuir à educação com um currículo pautado na ética, respeito, justiça, amor etc. Visando a transformação de uma sociedade.

Nota-se que a avaliação dessa instituição está direcionada para o rendimento escolar. Mas a partir da construção deste PPP, propomos avaliação da aprendizagem, a qual terá como recuperação paralela ao processo. A compreensão da avaliação na Escola São Francisco, de que o PPP é um poderoso instrumento de democratização deve ser uma das principais convicções de cada gestor escolar que se propõe a desenvolver uma comunidade escolar mais participativa e democrática, na perspectiva de que a sua escola obtenha bons resultados e melhores desempenhos de seus alunos. Fomentar a participação consciente e responsável é condição primordial para o ensino de qualidade e para o sucesso da aprendizagem. Nessa perspectiva, é louvável a gestão de uma escola que se apropria do processo dinâmico de construção e implementação do PPP para a democratização do seu ambiente escolar.

Esperamos que ao trabalho com a metodologia interdisciplinar e avaliação da aprendizagem na escola São Francisco possa recuperar seu papel não somente como instrumento de formação, mas também revise sua prática pedagógica, a avaliação enquanto processo contínuo sistemático, qualitativo e com progressão continuada, relação estreita entre escola e comunidade. No interesse de formar cidadãos politizados essa parceria (escola/comunidade) vem contribuir com a educação

com um currículo pautado na ética, respeito, justiça, amor e etc. Visando a transformação de uma sociedade.

Note-se que, até aqui, estamos falando de um PPP que é parte de um planejamento escolar, com perspectiva coletiva, democrática e participativa, portanto, dialógica, posto que,

No planejamento dialógico, atribui-se a cada segmento escolar responsabilidades específicas, mas integradas entre si, que possibilitem o efetivo exercício da cidadania ativa.

Uma característica muito importante desta visão de planejamento educacional é que todos os “sujeitos coletivos” ou os segmentos que estarão participando do processo, estão presentes desde o primeiro momento, isto é, participam da própria decisão de se planejar, desde a sua concepção, passando pela realização coletiva da Carta Escolar ou da Etnografia da Escola (ou seja, do diagnóstico escolar, segundo denominação utilizada no planejamento participativo), até o momento do replanejamento, que decorre da necessária, contínua e permanente avaliação das ações implementadas e implantadas. (PADILHA, 2001, p. 68)

Como podemos observar, é uma oportunidade ímpar de construir uma gestão escolar através da prática coletiva de planejamento e do processo de construção do PPP, em que todos os segmentos da escola terão assegurados espaços de participação e de decisão, num exercício de cidadania que poderá consolidar princípios democráticos necessários à transformação do cotidiano escolar, bem como do sistema educacional, no que diz respeito à forma hierarquizada e verticalizada de planejamento.

Visão de futuro da Escola São Francisco

Tornar-se a Escola São Francisco como referência da rede municipal de Serra do Ramalho que garante a todos os alunos, permanência escolar e auto desempenho em leitura, produção textual, cálculo matemático, raciocínio lógico, possibilitando o uso de diversas linguagens oral, escrita e artística.

Corpo técnico administrativo da Escola São Francisco

<i>DISCRIMINAÇÃO</i>	<i>QUANTIDADE</i>
<i>DIRETORA</i>	<i>01</i>
<i>VICE-DIRETOR</i>	<i>01</i>
<i>SECRETÁRIO</i>	<i>01</i>
<i>PROFESSORES</i>	<i>32</i>
<i>AUXILIAR ADMINISTRATIVO</i>	<i>01</i>
<i>MERENDEIRAS</i>	<i>04</i>

<i>SERVENTES</i>	07
<i>VIGIA</i>	01
<i>TOTAL GERAL</i>	48

Fonte: Elaborado pelos próprios autores – (PPP, 2019)

Currículo da Escola

A Escola São Francisco, sendo uma unidade escolar do município de Serra do Ramalho, com um espaço de desenvolvimento e aprendizagem, que envolve todas as experiências vividas nesse processo, devendo considerar tudo como significativo, o currículo, além de priorizar as áreas do conhecimento também deverá enfatizar os aspectos culturais, cognitivos, afetivos, sociais e históricos, os quais estão inseridos nas interações e relações entre os diferentes seguimentos. Deve ainda assegurar o direito a educação escolar em igualdade e condições de entrada e permanência pela oferta de ensino público e gratuito de qualidade em todos os níveis de ensino.

Uma prática educativa se baseia em uma concepção de ser humano, numa visão de mundo e no modo de pensar os processos de humanização e formação do ser humano (CALDART, 2010). Por isso é necessário e urgente pensarmos e discutirmos a proposta de escola do campo que queremos, uma vez que nossa comunidade é rural, ribeirinha, extrativista, remanescentes de quilombos, indígenas e áreas de reforma agrária. Assim os materiais didáticos não condizem com essa realidade e o educando não se sente como parte integrante do meio em que está inserido.

Haja vista que, falar de educação inclusiva é necessário propor uma educação mais justa e igualitária para todos os seres humanos. É reestruturar a cultura, a prática e as políticas vivenciada nas escolas, de que estas respondam a diversidade dos alunos. E é nesta perspectiva que a Escola São Francisco apesar de suas limitações abre suas portas para todos alunos, independentemente de ter ou não alguma necessidade especial.

Portanto, o currículo deve ser aberto a ponto de garantir a todos o direito de aprender os conhecimentos científicos, éticos, teológicos e tecnológicos que não poderiam ser aprendidos fora dela.

Objetivo Geral da Escola São Francisco:

Desenvolver ações juntamente com a comunidade extraescolar na tentativa na dificuldade apresentada pelos alunos, professores, pais e demais envolvidos no processo educacional.

Objetivos específicos da unidade escolar:

- Proporcionar o exercício pleno da cidade do dia, enfatizar cultura local, valorizar as tradições, não deixando-as cair no esquecimento;
- Integrase família escola nas ações pertinentes à escola e a comunidade tornando-as corresponsáveis na melhoria do meio social;
- Questionar a realidade local problematizando a e solucionando, utilizando o diagnóstico a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, numa relação de dialética;
- Assegurar o ensino-aprendizagem de qualidade, respeitando a pluralidade cultural, posicionando-se contra qualquer forma de preconceito baseado em diferença, etnias, crenças, sexo classe social ou outros fatores individuais e sociais;
- Trabalhar conteúdos relevantes, contextualizados associado ao lúdico, em metodologia interdisciplinar, favorecendo o conhecimento ajustado em si mesmo é o sentimento de confiança em sua capacidade afetiva, física, cognitiva, ética, estética inter-relação pessoal e de inserção social para atuar buscar de conhecimento no exercício da cidadania;
- Transformar um ambiente escolar no ambiente alfabetizador de agradável convívio onde professores/as X alunos/as tenha uma relação afetiva recíproca;
- Promover a inclusão social e a inserção dos jovens no mercado de trabalho que não tiveram acesso à educação na idade própria vivo proporcionando condições para que construa sua cidadania e possa ter acesso a qualificação profissional.

Metas da Unidade Escolar

- Formação continuada para os professores/as do ensino fundamental I e II;
- Aquisição de várias literaturas para a biblioteca escolar;
- Cultivar uma relação harmônica entre os/as envolvidos/as no processo ensino-aprendizagem dentro do ambiente escolar;
- Discutir as relações de convívio no ambiente escolar;
- Discutir sobre a prática pedagógica dos/as docentes e aprendizagem dos/as alunos/as nas ACs;
- Aumentar em 85% o índice de aprovação dos/as alunos/as das séries iniciais e finais;
- Elaborar um kit de materiais didático para as aulas de reforço para os/as alunos/as com baixo rendimento;

- Promover bimestralmente um evento com a participação dos/as alunos/as dos pais e comunidade;
- Promover palestras com assuntos do interesse dos pais e da comunidade;
- Constituir uma comissão com pessoas para planejamento e efetivação dos eventos;
- Aprimorar a horta escolar;
- Melhorar o espaço físico e as instalações da escola;
- Implementar um sistema de indicadores de desempenho em cada disciplina para alunos/as no ensino fundamental de 6º a 9º ano;
- Garantir a participação dos seguimentos na eleição da gestão;
- Incentivar e estimular a permanência dos alunos da EJA na escola;
- Reforçar as práticas de coleta de lixo na escola;

Acompanhamento, controle e avaliação na Escola São Francisco

A Escola São Francisco, o acompanhamento, controle e avaliação será feito internamente pela diretora, vice-diretora, coordenadoras, professores/as os membros de colegiado escolar e conselho escolar, todos estarão observando e analisando os seguintes itens: a pontualidade e a certeza na execução das atividades, o cumprimento dos objetivos propostos, o comprometimento das pessoas envolvidas na execução das propostas do PPP. Extremamente a secretaria de educação e seus coordenadores deverão estar sempre atentos para que a escola cumpra com seus deveres em relação e boas execução do PPP.

Quando se trata de avaliação na escola São Francisco para o processo ensino-aprendizagem, Paro (2001) fornece-nos uma dura crítica referente ao processo avaliativo dos alunos frente ao processo ensino-aprendizagem, idealizado pelo modelo burocrático que ainda permeia o interior das escolas. Assim, o autor ressalta que o processo ensino-aprendizagem, bem como o processo avaliativo,

Não deve mais continuar a ser pautado pela capacidade de aprovar alunos, como se as crianças e os jovens devessem frequentar a instituição educativa não para aprenderem a cultura acumulada historicamente, de modo a formarem suas personalidades como cidadãos conscientes e autônomos e como pessoas aptas a aproveitarem a rica herança cultural da história, mas apenas para “tirarem nota” e se treinarem para responder aos testes que compõe os estúpidos vestibulares, “provões” e assemelhados. (p. 96).

O modelo burocrático de organização da cultura da escola, do qual se originou a tendência conservadora de educação em que processo ensino- aprendizagem é centralizado na figura do professor e o educando é visto como um receptáculo, é denominado educação bancária, criticada por Paulo Freire. Nessa concepção de educação, o educador vai enchendo os educandos de um falso saber, que são os conteúdos impostos.

Nesse contexto, Freire defende a concepção problematizadora de educação, explicando que:

[...] na prática problematizadora de educação, vão os educandos desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como realidade em transformação. (2005, p. 82).

A concepção humanizadora e problematizadora de educação pensada por Paulo Freire é inerente ao processo democrático de construção do saber, haja vista que concebe educandos e educadores como partes vinculadas frente ao processo educativo. Nessa perspectiva de educação, educadores e educandos, ao mesmo tempo, vão apropriando-se dos conhecimentos historicamente produzidos de forma dialógica, uns com os outros. A proposta da educação na Escola Municipal São Francisco em Serra do Ramalho – Ba, dialoga com o pensamento por Paulo Freire, que só é possível em ambientes escolares com culturas organizacionais carregadas de valores educacionais altamente democráticos e descentralizados, compromissadas com a emancipação do saber, possuidoras de climas abertos e favoráveis ao diálogo.

A Escola São Francisco, pensando no bem coletivo, no processo de gestão democrática bastante desafiador. Nesse tocante, precisamos considerar que a cultura é um fenômeno dinâmico e sempre em construção e que ela acontece coletivamente, ou seja, numa ação conjunta dos indivíduos. No âmbito escolar, podemos dizer que a cultura é desenvolvida pelo processo educacional e de socialização da cultura. Nesse sentido, a ação pela construção do PPP, numa perspectiva de participação social e histórica de todos os membros da comunidade escolar, torna-se um processo de construção da cultura da escola. Portanto, esta é construída através da educação escolar, passando imprescindivelmente pela decisão política e pedagógica de estruturação do próprio PPP, desde que a própria escola assuma verdadeiramente a sua função social.

Sobre a função social da escola, não podemos esquecer que é no PPP que ela deve estar patenteada e bem definida, a fim de que todos os membros da comunidade escolar possam incorporá-la no seu cotidiano, até que venha a se refletir como caráter identitário da instituição. Nunca é demais lembrar que a função social da escola consiste no pleno desenvolvimento da pessoa, na sua preparação para a cidadania e sua qualificação para o trabalho, como rezam a nossa Constituição e a nossa LDB vigentes.

Nesse sentido, espera-se que a escola promova o desenvolvimento de qualidades e valores em seus educandos, tornando-os seres livres, autônomos, com participação proativa, capazes de agir com antecipação a possíveis problemas, planejando ações preventivas que evitem situações negativas e prejudiciais à comunidade, tendo como referência as atitudes do gestor líder e de seus liderados, que são os profissionais da educação atuando no âmbito da instituição de ensino.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Intuito de buscar caminhos para a melhoria da a
avaliação escolar, hoje, só faz sentido se tiver o
aprendizagem.*

HOFFMANN, Jussara.

As análises aqui apresentadas mostraram que a pesquisa foi realizada sobre a seguinte temática:” A avaliação como ferramenta de construção da aprendizagem no Ensino Fundamental II da Escola Municipal São Francisco em Serra do Ramalho – Ba”. Tais categorias abordadas, tiveram o intuito de analisar e perceber se os docentes e discentes no processo da avaliação da aprendizagem escolar tem tido uma construção para o conhecimento. Nesse viés, fez-se necessário investigar como aconteceu a prática docente naquele espaço, e como acontece a convivência entre professor e aluno na unidade escolar pesquisada.

Como fundamentos teóricos deste trabalho, foi de suma importância realizar um estado do conhecimento, principalmente em autores referenciados, em obras que apontam o que se entende por avaliação educacional. A partir dos referenciais teóricos estudados percebemos a importância da avaliação na atualidade.

Percebeu-se que a avaliação vem sendo um tema muito discutido e polêmico entre educadores, e muitas vezes esquecido o seu real significado. Revelou-se como um instrumento valioso no processo ensino aprendizagem, podendo ser uma via de mão dupla, possibilitando um possível diagnóstico do aluno sobre os conhecimentos adquiridos em um período. Para o professor propiciou verificar e refletir a sua prática pedagógica constantemente no ato de auto-avaliar-se, podendo assim haver uma melhoria no processo de ensino e aprendizagem.

Esta pesquisa ainda evidenciou como o trabalho coletivo na unidade escolar São Francisco, que proporcionou o maior entendimento da importância do Projeto Político Pedagógico, a gestão democrática e na função social da escola, buscando uma participação coletiva e efetiva da comunidade para o alcance dos objetivos inseridos no projeto. Percebeu-se também que várias dificuldades precisam ser vencidas como a resistência à participação dos pais e demais representantes da comunidade escolar, a falta de politização e o comodismo.

A avaliação como verificação é limitada por apenas coletar informações sobre o que o aluno conseguiu resolver na prova, sem rever as possibilidades para a aprendizagem de conteúdos não assimilados, portanto, não considera alguns aspectos que podem interferir nos resultados dessa verificação, tornando-se somente uma medida para a classificação e que ainda continua sendo o método mais praticado.

Dessa forma, por meio desses mais de três anos no curso de mestrado em Educação e Ciências, de estudos vivenciados, percebeu-se a importância da avaliação como um instrumento de reflexão que poderá gerar mudanças na prática pedagógica do docente, objetivando perceber que esta não é um fim, mas sim um meio para o processo de ensino e aprendizagem.

Vale ressaltar que nesta pesquisa, foi possível conhecer a avaliação nas diferentes tendências da educação, evidenciando-se que não há fórmulas, mas esta, contribui para o processo de produção do saber docente. Neste sentido, este trabalho trouxe contribuições significativas, possibilitando a pesquisadora observar, produzir, pesquisar e aprender que o ato avaliativo se dá na ação de saber fazer, integrado ao trabalho socializado em sala de aula, tanto individualmente como coletivamente.

Com relação à participação da comunidade no cotidiano escolar os resultados revelam que ainda ocorrem de maneira pouco tímida e pontual, na maioria das vezes apenas em reuniões

convocadas pela direção da escola. Entre uma das maiores indagações dos alunos a questão de aulas mais diversificadas por conta do corpo docente e de uma gestão escolar mais próxima e transparente são pontos elencados pelos alunos.

Entretanto, destacamos que a escola pesquisada (Escola São Francisco), essa prática avaliativa dos educadores, acontece de maneira compromissada com os direitos sociais, a partir de ações educativas e das políticas públicas inclusivas no ambiente escolar, levando os sujeitos à promoção da educação emancipatória, libertária e democrática, fazendo isso como um ambiente diferenciado no sentido de convivência e relação formativa.

6 REFERÊNCIAS

AAKER, David. **Administração Estratégica de Mercado**. 5a ed. Porto Alegre. Bookman, 2001.

ALMEIDA, Marcus Garcia, FREITAS, Maria do Carmo Duarte. **A Escola no Século XXI. Desafios permanentes projeto político pedagógico, gestão escolar, métricas no contexto das TICs**. 4. ed. Rio de Janeiro, 2015.

ANDRADE, Margarida. Pesquisa científica: noções introdutórias. In: **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 6. ed. São Paulo. Atlas, 2003. Cap. 10, p. 121-127.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. L. de A. Rego & A. Pinheiro. Lisboa. Edições 70. [Obra original publicada em 1977], 2006.

BAHIA - SERRA DO RAMALHO. Acesso em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/serra-do-ramalho/panorama>. Disponível em: 26 de out.

BASTOS, João Batista (org.). **Gestão democrática**. Rio de Janeiro: SEPE, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Da escola rural de emergência à escola de ação comunitária**. In: ARROYO, Miguel Gonzalez (org.) Da Escola Carente à Escola Possível. São Paulo, Sp: Editora Loyola, 6 edição, março de 2003.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1998.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília, DF: Inep, 2015.

BOTH, Ivo José. **Avaliação planejada, aprendizagem consentida: a filosofia do conhecimento**. 1ª Edição, Curitiba, PR: IBPEX, 2007.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo. Editora Alfa-Omega, 1982.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo, Cortez, 1996.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. 6ª Edição, Campina, SP: Autores Associados, 1999.

ESCOLA SÃO FRANCISCO - Escola Municipal - Bahia / Serra do Ramalho. Acesso em: <https://novo.qedu.org.br/escola/29342457-escola-sao-francisco>.

ESCOLA SÃO FRANCISCO. **Projeto Político Pedagógico - PPP**.

ESTEBAN, M. T. (org.) Escola, currículo e avaliação. **Série Cultura Memória e currículo**, vol. 5. São Paulo: Cortez, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramalhete. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

GADOTTI, Moacir. Pressupostos do projeto pedagógico. In: MEC. **CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS**. Anais Brasília, 1994.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórica**, Crítica. 4ª ed. Campinas, SP: Autores associados, 2007.

GATTI, Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Liber Livro, 2007.

GIL, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 20 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2003.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1996.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 20 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2003.

HOFFMANN, Jussara. **Pontos e Contrapontos: do pensar ao agir em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

KRAEMER, Maria. **Avaliação da aprendizagem como construção do saber**. 2006.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 7ª ed. Rio de Janeiro, RJ. Paz e Terra, 2002.

LAKATOS, Maria. MARCONI, Marina. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo. Atlas, 2007.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. 2ª edição

LIMA, Adriana de Oliveira. **Avaliação escolar: julgamento X Construção**. 4ª ed. Petrópolis, Vozes, 1996

Lück, H. (2000). Perspectiva da gestão escolar e implicação quanto a formação de seus gestores. Em aberto. Brasília, 72, p. 1-3.

LÜCK, Heloísa; FREITAS, Kátia Siqueira; GIRLING, Robert & KEITH, Sherry. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Petrópolis: Vozes, 2005.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Avaliação educacional escolar; para além do autoritarismo.** Tecnologia Educacional, Rio de Janeiro, ABT, 13(61):6-15, nov./dez., 1984.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **O papel da didática na formação do educador.** IN: CANDAU, R. M. (org.). A didática em questão. 8º ed. Petrópolis. R. J. vozes, 1989. p.23-30.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** 17. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Gestão Democrática da escola, ética e sala de aula.** ABC Educatio, n. 64. São Paulo: Criarp, 2007.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico.** São Paulo: Cortez, 2011.

MARCONI, Maria; LAKATOS, Eva. **Técnicas de pesquisa.** 3. Ed. São Paulo:Atlas, 1999.

MARX, karl. Manifesto do Partido Comunista. In: LASKI, H. J. **O Manifesto Comunista de Marx e Engels.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MARX, karl. “Prefácio da 1ª edição”, “Posfácio da segunda edição” e “Processo de trabalho e processo de valorização”. In: O capital v. I t. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MAY, Tim. Pesquisa documental: escavações e evidencias. In: **Pesquisa social: questões, métodos e processos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

MIGUEL, Cauchick. **Estudo de caso na engenharia de produção: estruturação e recomendações para sua condução.** Produção, v. 17, n. 1, Jan./Abr. 2007, p.216-229.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola.** São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre Educação.** São Paulo: Xamã, 2001.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas.** Porto Alegre: ArtMed, 1999.

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia diferenciada: das intenções à ação.** Porto Alegre: ARTMED, 2000.

- RABELO, Edmar Henrique. **Avaliação: novos tempos, novas práticas.** Petrópolis: Vozes, 1998.
- RICHARDSON, Roberto. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo. Atlas, 1999.
- SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar?: Como avaliar?: Critérios e instrumentos.**3ª Edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações.** São Paulo: Cortez, 1997.
- SCHNECKENBERG, M.; PAULA, R. L. de. **Gestão democrática: desafio para gestor do século XXI.** Revista eletrônica Lato Sensu, SP. ano 3, n. 1, p. 23, março, 2008.
- TRINDADE, V. FAZENDA, I. (Org). **Os lugares dos sujeitos na pesquisa educacional.** 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar.** São Paulo: Libertad, 1995.
- VASCONCELLOS, Celso. **Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar.** 15. Ed. São Paulo: Libertad, 2005.
- VEIGA, Ilma Passos. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas: Papirus, 1998.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Orgs). **As dimensões do projeto político-pedagógico.** 9ª edição. Campinas: Editora Parirus, 2012.
- VAN, Zanten. **Pesquisa qualitativa em educação: pertinência, validade e generalização.** Perspectiva, Florianópolis, v. 22, n. 01, p. 25-45, jan./jun., 2004.
- WITTMAN, Lauro Carlos. **Gestão Democrática.** Curitiba, 2007.

APÊNDICES - A

QUESTIONÁRIO APLICADO COM OITO (08) PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL II DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO

Olá, Professores/educadores. Estou realizando uma pesquisa para minha dissertação de mestrado em Ciências da Educação, pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – FICS sobre: *”A avaliação como ferramenta de construção da aprendizagem no Ensino Fundamental II da Escola Municipal São Francisco em Serra do Ramalho – Ba”*. Nessa vertente, queria contar com sua contribuição deste questionário para elaboração dessa pesquisa como objeto final do mestrado. Lembrando que os nomes dos educadores utilizados na pesquisa, serão fictícios, preservando a identidade dos mesmos. Desde já, agradeço pela colaboração.

- 1- Nome completo?
- 2- Qual sua idade?
- 3- Sexo?
- 4- Qual a formação acadêmica?
- 5- A escola junto com a secretaria de educação oferece formação continuada para os docentes? Se sim, como tem ocorrido esse processo?
- 6- Qual a visão pedagógica que o Professor do Ensino Fundamental II da Escola Municipal São Francisco tem sobre o processo de Avaliar?
- 7- A Avaliação aplicada pelo Professor do Ensino Fundamental II da Escola Municipal São Francisco está contribuindo na Aprendizagem do Aluno?
- 8- Como a Escola Municipal São Francisco tem trabalhado junto aos professores a Avaliação como Ferramenta de Construção da Aprendizagem?
- 9- O Projeto Político Pedagógico da unidade escolar contempla o necessário na avaliação da aprendizagem dos alunos no Ensino Fundamental II?

- 10- O que pode ser implementado no currículo e no PPP da escola quanto a avaliação?
- 11- A escola atualmente, constitui uma prática avaliativa que impulse a construção de uma aprendizagem verdadeiramente significativa?
- 12- Avaliar exige do professor o domínio de conhecimentos de técnicas adequadas, a utilização de critérios claros e objetivos explicitados entre os sujeitos envolvidos no processo ensino e aprendizagem? Como explica essa situação?
- 13- A aprendizagem do aluno não deve ser o ponto de chegada, mas uma oportunidade de parar e observar se a caminhada está ocorrendo com a qualidade previamente estabelecida, como o professor ver isso?
- 14- Quais os tipos de avaliações que os docentes mais gostam de fazer

Atenciosamente, Prof. Maria Roseane dos Santos Duarte!

Desde já, obrigada!

Maiores informações:

Whatsapp: (77) 99196-4385

E-mail: mariaroseaneduarte@gmail.com

APÊNDICE - B

QUESTIONÁRIO APLICADO COM DEZ (10) ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL II DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO

Olá, *Estudantes*. Estou realizando uma pesquisa para minha dissertação de mestrado em Ciências da Educação, pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – FICS sobre: *”A avaliação como ferramenta de construção da aprendizagem no Ensino Fundamental II da Escola Municipal São Francisco em Serra do Ramalho – Ba”*. Nessa vertente, queria contar com sua contribuição deste questionário para elaboração dessa pesquisa como objeto final do mestrado. Lembrando que os nomes dos estudantes utilizados na pesquisa, serão fictícios, preservando a identidade dos mesmos. Desde já, agradeço pela colaboração.

- 1- Nome completo?
- 2- Qual sua idade?
- 3- sexo?
- 4- Qual a Série?
- 5- O que vocês entendem por avaliação?
- 6- Os seus professores avaliam suas atividades com responsabilidade?
- 7- As notas recebidas pelas avaliações, muitas das vezes, apresenta erros?
- 8- Os professores corrigem as provas depois de avaliar na sala de aula?
- 9- A avaliação é importante para sua aprendizagem?
- 10- Quais os tipos de avaliações que os professores mais gostam de fazer?
- 11- Vocês acham que os professores precisam melhorar a forma de avaliar?
- 12- Vocês têm algum recado ou sugestão na forma do professor ensinar

Atenciosamente, Prof. Maria Roseane dos Santos Duarte!

Desde já, obrigada!

Maiores informações:

Whatsapp: (77) 99196-4385

E-mail: mariaroseaneduarte@gmail.com